

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

C-EMOS 2024

**O EMPREGO DE PODER MILITAR CONTRA O TERRORISMO
PERSPECTIVA INDIANA**

Rio de Janeiro

2024

C-EMOS 2024

**O EMPREGO DE PODER MILITAR CONTRA O TERRORISMO
PERSPECTIVA INDIANA**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Supervisor: C-EMOS 2024

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: (a) corresponde ao resultado de investigação realizada por mim, enquanto aluno da Escola Superior de Guerra Naval (EGN); (b) é um trabalho original, ou seja, não foi utilizado anteriormente por mim para fins acadêmicos ou quaisquer outros; (c) é inédito, ou seja, ainda não foi publicado; e (d) é de minha autoria plena e exclusiva.

Declaro ainda que estou ciente de que a utilização de ideias ou palavras de autoria alheia, sem a devida identificação da fonte, e a utilização de recursos de inteligência artificial no processo de redação constituem grave falta ética, moral, jurídica e disciplinar. Além disso, comprometo-me que este trabalho poderá, a qualquer momento, ser analisado para verificação de sua originalidade por meio de ferramentas de detecção de similaridade ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da lei 9.610/1998, pertencem ao seu autor, sendo vedada a utilização comercial sem autorização prévia. É permitida a transcrição parcial de textos da obra, ou menção dos mesmos, para comentários e citações, desde que feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressos neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do autor e não refletem qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATORIA

Agradeço a Deus, meu criador, pela minha vida, por ter me permitido chegar até aqui e pelo seu amor infinito por mim, demonstrado diariamente por mim, sempre acompanhando meus passos e me segurando em seus braços em meio às dificuldades. mares.

Gostaria de agradecer à minha família e amigos, especialmente aos meus pais, pelo apoio incondicional e compreensão durante os momentos difíceis, o que me deu a motivação necessária para continuar no meu trabalho.

Aos meus professores e instrutores da Escola de Guerra Naval (EGN) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), obrigado por compartilharem comigo seus conhecimentos e experiências, que muito contribuíram para meu desenvolvimento técnico e profissional e certamente contribuirão para de mim um oficial melhor.

Minha eterna gratidão a todos os meus colegas de turma do CEMOS 2024, que compartilharam e superaram comigo os desafios dessa jornada.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador, pelo apoio constante e dedicação incansável em me guiar na difícil jornada de produção de conhecimento em meio às adversidades da vida.

Gostaria de agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Na era atual, a ameaça do terrorismo é onipresente em todo o mundo. Não é limitado por quaisquer fronteiras geográficas, castas ou credos. Embora esta ameaça tenha chamado a devida atenção apenas após os ataques de 11 de setembro, ela estava muito presente antes disso. Países como a Índia têm enfrentado este problema desde a sua independência. Neste trabalho analisamos o papel das forças armadas no combate ao terrorismo em termos de eficiência, eficácia e legitimidade. O trabalho cobre o tema extensivamente, mas sua base teórica, aplicação e estudo de caso são restritos à Índia. No trabalho, também abordamos a questão das forças armadas vis-à-vis as polícias estaduais neste papel de combate ao terrorismo. O trabalho também incluiu as consequências da realização de operações antiterroristas pelas forças armadas em termos de implicações sociais, políticas e económicas. Os estudos de caso discutidos são sobre as operações transfronteiriças das forças armadas indianas em Jammu e Caxemira, pós 2016. Finalmente, o trabalho aponta a necessidade das forças armadas no combate a esta ameaça, juntamente com danos colaterais inevitáveis e questões legais, com poucas recomendações para minimizá-los.

Palavras-chave : - Combate ao terrorismo, ataque Uri 2016, ataque aéreo Balakot 2019 e quadro teórico do exército indiano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Representacao geografica do ataque Uri em 2016	54
Figura 2 -	Representacao geografica do ataque Balakot em 2019.....	55
Figura 3 -	START Banco de dados de terrorismo mundial mapa de intensidade de concentracao de ataque terrorista..... (1970 – 2015)	56
Figura 4 -	Dados de Pessoas deslocadas devido a guerra global contra o terrorismo apos 11/09 Setembro.....	57

LISTA DE ABREVAÇÕES E SIGLAS

AoO	-	Área de Operações
AFSPA	-	Lei de Poder Especial das Forças Armadas da
CASO	-	Cordon e Operações de Busca
CCTNS	-	Crime e Rastreamento Criminal e Sistema de Rede
CTJWG	-	Grupos de Trabalho Conjuntos de Combate ao Terrorismo do
CRPF	-	Forças Policiais da Reserva Central da
EOD	-	Eliminação de material bélico explosivo
GAFI	-	Grupo de Ação Financeira do
GCTF	-	Fórum Global Contra Terrorismo do
GWOT	-	Guerra Global contra o Terrorismo da
HADR	-	Ajuda Humanitária e Ajuda em Desastres
HUMINT	-	Inteligência Humana
IB	-	Escritório de Inteligência do
IDF	-	Forças de Defesa Israelenses
IDMC	-	Centro de monitoramento de deslocamento interno
IED	-	Dispositivos Explosivos Improvisados
ISIS	-	do Iraque e da Síria
JeM	-	Jaish-e-Mohammed
LeT	-	Lashkar-e-Taiba
LTTE	-	Liberation of Tiger Tamil Elam
LoC	-	Linha de controle
MAC	-	Centro de Agências Múltiplas
MHA	-	Ministério de Assuntos Internos da

NIA	-	Agência Nacional de Inteligência da
NSA	-	Conselheiro de Segurança Nacional da
NSG	-	Guardas de Segurança Nacional
NVD	-	Dispositivos de visão noturna
PoK	-	Paquistão ocupou a Caxemira
PoW	-	Prisioneiro de Guerra
PTSD	-	Transtorno de estresse pós-traumático de
RoE	-	Regras de compromissos
SERE	-	Sobrevivência, Evasão, Resistência, Fuga
SIGINT	-	Inteligência de Sinal
SMFs	-	Plataformas de mídia social
UAPA	-	Lei de Prevenção de Atividades Ilícitas da
UNHRC	-	Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas do

SUMARIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2	OPERAÇÕES CT – FORÇAS ARMADAS vs POLÍCIA DO ESTADO.....	14
2.1	Capacidades e Treinamento.....	14
2.2	Mandato e Jurisdição.....	15
2.3	Alocação de Recursos e Tempo de Resposta.....	16
2.4	Unidades Especializadas e Integração de Inteligência.....	17
2.5	Desafios e Considerações Éticas.....	18
2.6	Conclusão Parcial.....	18
3	TEORIA DA CT – PERSPECTIVA DAS FORÇAS ARMADAS INDIANA..	19
3.1	Quadro Estratégico.....	19
3.1.1	Doutrina da Força Mínima.....	20
3.1.2	Operações Orientadas a Inteligência.....	20
3.1.3	Campanhas Coração e Mente.....	21
3.1.4	Estrutura de Comando Unificada.....	23
3.1.5	Capacitação.....	24
3.1.6	Marco Legal e Direitos Humanos.....	25
3.2	Quadro Operacional.....	26
3.2.1	Dominação de Área'.....	26
3.2.2	Operação de Cordão e Busca (CASO).....	26
3.2.3	Equipes de Resposta Rápida.....	26
3.2.4	Uso de Tecnologia.....	27
3.3	Conclusão Parcial.....	27
4	IMPLICAÇÕES DAS OPERAÇÕES DE CT DE ORIENTAÇÃO MILITAR...	28
4.1	Implicações Sociais.....	28
4.2	Implicações Políticas.....	31
4.3	Conclusão Parcial.....	35

5	OPERAÇÕES CT – DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FORÇAS ARMADAS.....	36
6	OPERAÇÕES DE CT PELA ÍNDIA (2014-2016).....	42
6.1	Ataque Uri – 2016.....	43
6.2	'Operação Bandar' - Ataque Aéreo Balakot.....	43
6.3	Principais destaques.....	44
6.4	Conclusão Parcial.....	46
7.	Conclusão.....	47
	Referências.....	49
	Anexos.....	52

1. INTRODUÇÃO

Após os ataques de 11 de Setembro de 2001, os EUA lançaram a Guerra Global contra o Terrorismo (GWOT) ¹, um esforço abrangente que envolve operações militares, actividades de inteligência e cooperação internacional. Como parte da GWOT, os EUA lançaram a 'Operação Liberdade Duradoura' ² no Afeganistão com o objectivo de desmantelar a Al Qaeda e aniquilar os Taliban. Envolveu extensos esforços de cooperação em combate, contra-insurgência e construção nacional. Desde então, várias operações foram lançadas globalmente para combater o terrorismo, como em 2014, a França lançou a 'Operação Barkhane' ³ para combater militantes islâmicos em toda a região do Sahel, incluindo Mali, Níger e Chade e em 2016, a Índia lançou uma operação na Caxemira ocupada pelo Paquistão (PoK) ⁴ em vários grupos terroristas e campos de treinamento Jaish-e-Mohammed (JeM) ⁵.

Países como a Índia têm enfrentado o peso do terrorismo há várias décadas, mas a atenção global para esta ameaça só foi atraída após os ataques de 11 de Setembro nos EUA. Hoje, o terrorismo é um desafio global onnipresente que não está limitado a quaisquer aspectos geográficos ou limitações de terreno. É um uso deliberado de violência e coerção contra civis ou governos para atingir objetivos políticos ou religiosos. Desde ataques de lobos solitários até à utilização das armas mais avançadas e sofisticadas, o alcance e a sustentação das actividades terroristas estão certamente a evoluir a cada hora. O impacto destas actividades terríveis é multifacetado e inclui perda de vidas humanas, traumas físicos e psicológicos, perturbações económicas, instabilidade política, redução das liberdades civis e aumento das medidas de segurança. Também provoca um ódio extremo entre certos sectores da sociedade, o que agrava ainda mais as tensas relações internacionais.

¹A Guerra Global ao Terrorismo (Global War on Terrorism, GWOT) foi a resposta militar, sob a forma de intervenção direta, adotada pelos EUA após os ataques de 11 de setembro de 2001.

² Comando de História e Patrimônio Naval da 'Operação Liberdade Duradoura', Marinha dos EUA, 15 de novembro de 2018.

³ 'Operação Barkhane' extraída de 'A guerra africana da França para sempre', Africa news, 22 de agosto de 2022.

⁴ PoK é uma região administrada pelo Paquistão, nominalmente como uma entidade autogovernada e que constitui a parte ocidental da grande região da Caxemira, que tem sido sujeita a disputas entre a Índia e o Paquistão desde 1947.

⁵ JeM é um grupo terrorista baseado no Paquistão com o principal motivo de separar a Caxemira da Índia.

Mais importante ainda, cria medo e desconfiança nas sociedades, conduzindo a divisões sociais e à desigualdade.

Consideremos dois grandes incidentes terroristas domésticos antes do 11 de setembro, o primeiro ataque ao World Trade Center (WTC), em 1993, e o atentado à bomba em Oklahoma City, em 1995. No ataque ao WTC de 1993, o caso foi resolvido por detetives da polícia local, que rastrearam o caminhão usado no atentado para uma locadora de caminhões em Jersey City. No caso de Oklahoma City, uma autoridade local prendeu o homem-bomba Timothy McVeigh uma hora após o ataque sob a acusação de dirigir sem placa, enquanto a conexão com o atentado foi estabelecida posteriormente (Artemus Ward, 2017). Resumindo, ambos os casos foram resolvidos pela polícia local. Nada na investigação deste crime poderia ser constituído como operações militares. Mas toda a faceta do terrorismo mudou depois dos ataques de 11 de Setembro porque as actividades terroristas já não estão limitadas pelo terreno geográfico ou por um cidadão local radicalizado. Considerando o terrorismo como um problema temido, está certamente fora do âmbito das forças de segurança pública lidar com este tipo de seres humanos radicalizados e altamente carregados de emoção, que são capazes de levar a cabo genocídios em massa e ataques suicidas (DP Lackey, JSTOT, 2006) . Certamente são necessários combatentes mais valorosos e proficientes que sejam treinados para lidar com situações tão complexas e sensíveis, incluindo habilidades especializadas em coleta de informações, vigilância e operações de combate (JSTOR, 2006). Em resposta a isto, não se pode ter nada melhor do que forças armadas para combater e mitigar tais ameaças. No entanto, é muito óbvio que as operações militares sempre foram uma faca de dois gumes, o que certamente leva à violação das leis internacionais devido a danos colaterais durante o curso das operações. O conflito em curso entre Israel e o Hamas ⁷ é um exemplo perfeito do mesmo, que certamente levantou a sobrancelha de muitos organismos internacionais e associações de direitos humanos.

O objectivo deste trabalho é justificar a eficácia das forças armadas vis-à-vis a polícia estatal no combate ao terrorismo, incluindo a certa vantagem possuída pela primeira. Também analisáremos várias estratégias adotadas pelas forças armadas para combater o terrorismo em conjunto com alguns estudos de caso, como a

⁷ O Hamas é um movimento político e militar islâmico sunita palestino que governa a Faixa de Gaza ocupada por Israel desde 2007.

operação cirúrgica de 2016 realizada pelos militares indianos contra campos terroristas em PoK. Neste trabalho, também exploraríamos as implicações sociais das operações militares e as várias medidas que podem ser tomadas para minimizá-las. No final, discutiríamos vários desafios enfrentados pelas forças armadas durante as operações e recomendaríamos formas de superá-los.

Além deste capítulo (introdução), o trabalho é composto por mais cinco capítulos. No segundo capítulo, analisaremos e faremos comparações entre as forças armadas e a polícia estatal no combate à ameaça do terrorismo sob múltiplos parâmetros como treino, recursos, estrutura de comando e controlo, etc.

No terceiro capítulo, analisar o conceito teórico de contraterrorismo no que diz respeito às diversas táticas militares e esforços estratégicos adotados pelo Exército Indiano. Tentaríamos analisar a complexa relação entre terrorismo e insurgência com múltiplos pontos em comum, como objectivos, sinergia operacional, alinhamento estratégico e presença globalizada. Discutiríamos as atuais estratégias adotadas pelas forças armadas no combate ao terrorismo, juntamente com a sua aplicação pragmática na forma de um estudo de caso do ataque cirúrgico de Uri.¹⁰ Esta operação foi lançada pelas forças armadas indianas em setembro de 2016 através da Linha de Controle (LoC)¹¹ na Caxemira administrada pelo Paquistão para atacar alvos de até alguns quilômetros mantidos dentro da Caxemira ocupada pelo Paquistão. Isto ocorreu em retaliação depois que quatro militantes atacaram um posto avançado do exército indiano em Uri¹² em setembro de 2016, e mataram 19 soldados (30 de Setembro, BBC). Neste estudo de caso, analisaremos a condução de operações utilizando táticas militares legítimas e no âmbito das leis internacionais.

Os principais grupos terroristas utilizam actividades construtivas para obter o apoio de (partes da) população e envolvem-se em actividades destrutivas para dissuadir e combater o adversário. Eles tendem a usar táticas de assimetria para enfrentar o adversário. No quarto capítulo, discutiremos o impacto significativo das operações militares de combate ao terrorismo na sociedade e o seu impacto nas

¹⁰ Um ataque cirúrgico é um ataque militar que se destina a danificar apenas um alvo militar legítimo, com nenhum ou mínimo dano colateral às estruturas, veículos, edifícios circundantes ou infra-estruturas e serviços públicos em geral.

¹¹ Line of Control (LoC) é uma linha de comando militar entre as partes do antigo estado principesco de Jammu e Caxemira administrado pela Índia e pelo Paquistão. Não é uma fronteira internacional legalmente reconhecida, mas uma fronteira de facto.

¹² O ataque de Uri foi realizado por quatro terroristas JeM em 2016 no quartel-general da brigada do exército indiano, matando 19 soldados e ferindo 30.

relações bilaterais em termos de implicações sociais, políticas e éticas. Recomendamos também alguns caminhos a seguir adotados pelos militares para contrariar e melhorar o pensamento da população local na área de operações.

No capítulo final analisaríamos os múltiplos desafios enfrentados pelas Forças Armadas no que diz respeito à área de operações (AoO), recursos disponíveis, pensamento radicalizado, agitação da população local, política interna e redes sociais. A utilização das forças armadas contra o terrorismo continua a ser uma componente crítica, embora controversa, das estratégias globais de luta contra o terrorismo. No final, recomendamos poucos caminhos a seguir para aumentar a eficácia das operações antiterroristas.

Para começar a pesquisa, faremos uma análise comparativa entre as forças armadas e a polícia estadual no combate ao terrorismo.

2. OPERAÇÕES DE COMBATE AO TERRORISMO: FORÇAS ARMADAS versus POLÍCIA DO ESTADO

A luta contra o terrorismo é um desafio complexo e multifacetado que exige uma resposta coordenada e eficaz. Tanto as forças armadas como a polícia estadual desempenham papéis cruciais neste domínio. No entanto, existem diferenças distintas nas suas capacidades, mandatos e aspectos de adequação para vários aspectos da luta contra o terrorismo. De acordo com William Adama (1993),

Essa é a razão pela qual você separa os militares da polícia. Um luta contra os inimigos do Estado, o outro serve e protege o povo. Quando os militares se tornam ambos, os inimigos do Estado tendem a tornar-se o povo.

Neste capítulo, justificaremos a utilização das forças armadas em comparação com a polícia estatal nos esforços antiterroristas, destacando os seus pontos fortes e limitações com referências a operações relevantes em tempo real.

2.1 Capacidades e Treinamento

O factor mais importante para o destacamento de forças armadas na luta contra o terrorismo reside nas suas capacidades superiores e na formação especializada. As forças armadas estão equipadas com armamento avançado, tecnologia de vigilância e recursos de inteligência que excedem em muito os disponíveis para a polícia estatal. As forças armadas passam por uma formação rigorosa em combate, operações estratégicas e contra-insurgência, o que as prepara para lidar eficazmente com cenários de alto risco e de alto risco (Indian MHA Report 2021). Por exemplo, o teste de aptidão do Exército Indiano envolve levantamento terra, corrida de arrancada, corrida de mochila, corrida de camelo, etc. O treinamento da polícia estadual é geralmente muito menos intenso, envolvendo atividades físicas básicas como corrida, flexões e abdominais (Indian Army do site oficial)

De acordo com Clark e Newman (2006), as forças militares são treinadas para operar em ambientes onde podem enfrentar resistência significativa e são hábeis no manejo de operações em larga escala. Os soldados passam por treinamento

¹³ No original, 'There is a reason you separate military and the police. One fights the enemies of the state, the other serves and protects the people. When the militaries become both, then the enemies of the state tend to become the people.'

extensivo em vários cenários de combate, incluindo combate corpo a corpo, proficiência em armas de fogo e operações táticas. As Forças de Defesa de Israel (IDF) são conhecidas por seu *Krav Maga* ¹³ treinamento que envolve combate corpo a corpo e treinamento de autodefesa (Viator, 2008). Em comparação, a polícia estadual recebe treinamento em táticas defensivas, como uso de bastões, spray de pimenta e Tasers. Essas técnicas servem para subjugar suspeitos sem força letal. Isto certamente dá uma vantagem às forças armadas no combate ao terrorismo, especialmente quando possuem um poder de fogo significativo ou quando há necessidade de ataques coordenados em posições fortificadas.

O pessoal militar é treinado em técnicas de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Fuga (SERE) ¹⁴ para se preparar para uma potencial captura pelas forças inimigas. Seu treinamento especializado inclui treinamento de atiradores de elite, treinamento de paraquedistas ou descarte de material bélico explosivo (EOD). Os SEALs da Marinha dos EUA passam por treinamento especializado em demolição subaquática, pára-quedismo e combate ao terrorismo. Em comparação, a formação da polícia estadual enfatiza estratégias de policiamento comunitário e situações de gestão de crises, como reféns, incidentes com atiradores activos e violência doméstica (USNI artigo , 25 de Janeiro 2012).

2.2 Mandato e Jurisdição

Outro factor crítico é o mandato e a jurisdição das forças armadas versus a polícia estatal. A polícia estadual é a principal responsável por manter a lei e a ordem, fazer cumprir as leis locais e responder às atividades criminosas cotidianas. Seu foco está no policiamento comunitário e na garantia da segurança pública em nível local. Em contraste, as forças armadas têm um mandato mais amplo que inclui a defesa nacional e a protecção da nação contra ameaças externas. Este foco na segurança nacional alinha-se mais estreitamente com a natureza das ameaças terroristas, que muitas vezes têm dimensões transnacionais e exigem uma resposta coordenada a nível nacional ou mesmo internacional (DHS, avaliacao de ameaca interna, 2024).

¹³ Krav Maga é um sistema de autodefesa de combate por contato usado pelo exército, polícia e forças de segurança israelenses.

¹⁴ SERE é um programa de treinamento para militares dos EUA, pessoal do DoD e prestadores de serviços militares privados para sobreviver e retornar com honra em cenários de sobrevivência.

Em termos de jurisdição, as forças armadas operam em áreas internacionais e fronteiriças, e não dentro de jurisdições civis. No entanto, podem ser mobilizados internamente sob lei marcial ou emergências nacionais extremas, mas normalmente não se envolvem na aplicação rotineira da lei no país. Por exemplo, as forças armadas indianas participam regularmente em missões internacionais de manutenção da paz, missões de Ajuda Humanitária para Assistência em Desastres (HADR), tanto dentro como fora da Índia. No entanto, às vezes essas operações podem levar a certas brigas. Por exemplo, em julho de 2021, um grupo de militantes foi morto em operações do exército indiano em Gund ¹⁵, Caxemira. No entanto, a polícia estadual da Caxemira afirmou que a operação foi realizada dentro da sua jurisdição sem qualquer permissão ou sugestão prévia. Isto levou a uma infinidade de mal-entendidos alimentados por declarações irresponsáveis de alguns altos funcionários do Exército e da polícia estadual. Posteriormente, o governo central tem de intervir e controlar a situação (Sage diários, 2011). No entanto, um inquérito subsequente concluiu que a intensidade da operação antiterrorista exigia o envolvimento das forças armadas e pode ser que a polícia estatal não estivesse suficientemente equipada ou treinada para lidar com a situação.

O envolvimento exclusivo da polícia estadual teria levado ao fracasso das operações e a danos colaterais substanciais. A jurisdição dos militares sobre questões de segurança nacional torna-os numa ferramenta mais apropriada para operações de combate ao terrorismo que se estendem para além das fronteiras locais ou regionais (Chalk, 2011).

2.3 Alocação de recursos e tempo de resposta

A escala de recursos e as capacidades de mobilização rápida das forças armadas também justificam a sua utilização na luta contra o terrorismo. As forças armadas podem mobilizar rapidamente um grande número de tropas, equipamento e apoio logístico, o que é essencial para responder às ameaças terroristas que exigem uma acção imediata e decisiva.

A resposta rápida das forças armadas foi evidente durante os ataques de Mumbai em 2008 ¹⁶, onde as Forças Especiais militares desempenharam um papel crucial na neutralização do terrorista e na segurança da cidade. Num dos ataques

¹⁵ Gund é um estado da Caxemira onde operações antiterroristas foram realizadas contra peregrinos terroristas que atacavam peregrinos em busca de canticos.

terroristas mais mortíferos, que durou mais de três dias, ficou claramente evidente que a polícia estatal de Mumbai não foi capaz de conter a ameaça devido à sua inexperiência no tratamento de actividades terroristas reais. A polícia estatal estava fortemente limitada em recursos e era menos qualificada para combater actividades terroristas (Relatório Indian MHA, 2011). É praticamente impossível combater os Kalashnikovs ¹⁷ com armas e bastões de calibre 9mm. Requer armas altamente especializadas e pessoal qualificado. Além disso, este nível de rápida mobilização e alocação de recursos está frequentemente além das capacidades das forças policiais estatais, que podem ser limitadas por procedimentos burocráticos e recursos limitados (Bajpai, 2009).

2.4 Unidades Especializadas

A utilização de unidades militares especializadas, como as Forças Especiais, especificamente treinadas para o combate ao terrorismo, proporciona uma vantagem significativa. Estas unidades possuem experiência em áreas como resgate de reféns, reconhecimento e ataques de precisão, que são essenciais para operações eficazes de combate ao terrorismo. Esperar o mesmo nível de competência e rapidez por parte da polícia estatal seria inadequado devido à sua formação limitada e às restrições de recursos.

2.5 Integração da Inteligência

A integração da inteligência militar com as agências de segurança nacional aumenta a eficácia global dos esforços antiterroristas (MHA relatoria anual 2019). A sinergia entre a inteligência militar e outros aparelhos de segurança nacional assegura uma abordagem abrangente para identificar, rastrear e neutralizar ameaças terroristas. A integração de estratégias antiterroristas de inteligência militar proporciona um quadro robusto para medidas preventivas e reativas (Jenkins, 2012).

2.5 Desafios e considerações éticas

O pessoal das forças armadas segue determinadas Regras de Engajamento (ROE) que estão em consonância com as Leis Humanitárias Internacionais existentes. No entanto, a polícia estadual opera com amplo conhecimento das leis estaduais, direitos constitucionais e procedimentos legais. As operações

¹⁶ O ataque de Mumbai em 2008 foi uma série de ataques terroristas em vários locais por quatro terroristas de JeM.

¹⁷ Kalashnikovs são rifles da série AK de fabricação russa, conhecidos por suas operações em qualquer clima.

antiterroristas podem ser uma mistura de ambas as situações. No entanto, a abordagem militar pode por vezes conduzir a danos colaterais e vítimas civis, o que pode minar a confiança do público e alimentar uma maior radicalização (Instituto Lieber, 2023). Além disso, a utilização das forças armadas em contextos domésticos levanta preocupações sobre a erosão das liberdades civis e o potencial de abuso de poder. Portanto, é crucial equilibrar a intervenção militar com mecanismos de supervisão e garantir que as operações cumpram as leis humanitárias internacionais (Watchdogs, TI-Defence, 2013). A colaboração entre as forças armadas e a polícia estatal, com mandatos e limites operacionais claros, pode mitigar estes riscos e aumentar a eficácia global dos esforços antiterroristas.

2.6 Conclusão Parcial

Embora tanto as forças armadas como a polícia sejam essenciais para a segurança nacional, a formação especializada, os recursos superiores, a estrutura organizacional, a flexibilidade estratégica e o impacto psicológico das forças armadas tornam-nas mais adequadas para operações de combate ao terrorismo. Ao mesmo tempo, não podemos descartar completamente a polícia estadual, mas recomenda-se uma operação mais sinérgica entre a polícia estadual e as forças armadas para produzir uma operação mais bem-sucedida. As recentes operações conjuntas bem-sucedidas levadas a cabo pelas polícias militar e estatal no vale de Caxemira são testemunho da eficácia da sinergia e da coesão entre duas forças.

3. TEORIA DO CONTRATERRORISMO – PERSPECTIVA DAS FORÇAS ARMADAS INDIANAS

O combate ao terrorismo exige uma abordagem que deve abranger três capacidades principais – capacidade preventiva (antes), capacidade de resposta (durante) e “pós ou depois” para lidar com incidentes e eventualidades após o ataque (Doutrina CT do Exército Indiano 2017). Se a prevenção e a dissuasão falharem, então deve haver uma administração e aplicação da lei eficazes e militares para reagir aos acontecimentos, juntamente com um sistema de justiça criminal forte, responsável e claro (Ginty , Roger Mac, 2016). As Forças Armadas indianas estão envolvidas em operações antiterroristas desde 1947, quando, pela primeira vez, foram chamadas a combater terroristas em Jammu e Caxemira. Isto deu início a uma série de envolvimento no domínio subconvencional, diferente do papel convencional do exército que se concentrava em proteger o país contra ameaças externas (V Kaura , JSTOR, 2019).

Entretanto, as forças armadas indianas também estiveram envolvidas em operações de manutenção da paz no Sri Lanka ¹⁸, a pedido do governo local. Ao longo de quase sete décadas de exposição operacional em operações antiterroristas, as Forças Armadas Indianas emergiram como uma das forças de combate mais experientes na guerra subconvencional em qualquer parte do mundo. Desde insurgências clássicas, terrorismo e guerra por procuração (proxy war), até um ambiente sem guerra e sem paz ¹⁹ na Linha de Controle (LoC), as forças armadas indianas enfrentaram uma série de desafios diferentes e, às vezes, únicos (Anderson e Mukherjee, 2019). Neste capítulo, discutiremos os vários princípios fundamentais adotados pelas Forças Armadas Indianas para combater o terrorismo.

3.1 Quadro Estratégico das Forças Armadas Indianas

A teoria de contraterrorismo das Forças Armadas Indianas baseia-se em vários princípios fundamentais. Primeiro discutiremos vários quadros estratégicos envolvidos.

¹⁸ As forças indianas de manutenção da paz realizaram operações contra os terroristas do LTTE (Liberation of Tiger Tamil Elam) em sinergia com as forças do Sri Lanka . LTTE é a Libertação do Tigre Tamil Elam, um grupo étnico Tamil que exige um estado separado.

¹⁹ 'Sem guerra, sem paz' é uma frase que se refere a uma situação político-militar que é estável, embora marcada pela insegurança e por baixos níveis de violência que provocam a persistência de um conflito maior.

3.1.1 Doutrina da Força Mínima

O Exército Indiano enfatiza o uso da força mínima necessária para atingir os objetivos, visando evitar danos colaterais e baixas civis (Chadha, 2022). Este princípio tem sido explorado de forma otimizada, especialmente em operações antiterroristas, especialmente para manter o apoio público e minimizar a alienação das populações locais.

As Forças Armadas Indianas concentraram-se no uso de retaliação proporcional de acordo com a situação existente (Ten Gen Bhatia, 2020). As operações antiterroristas na Caxemira têm sido um exemplo perfeito do mesmo. Esta utilização proporcional de forças envolveu principalmente ataques precisos a militantes e terroristas com base em informações de inteligência, em vez de ações amplas e indiscriminadas. Em '**Operação Tudo Fora**'²⁰, realizado em 2017 em Jammu e Caxemira, o plano visava atingir a liderança militante com o objetivo específico de perturbar a estrutura de comando sem prejudicar os civis. Esta operação foi conduzida com sucesso com a cooperação eficaz do Exército Indiano, das Forças Policiais da Reserva Central (CRPF) e da polícia local (Rakesh Sood , 2016). Esta operação levou à identificação e neutralização de mais de 200 terroristas, incluindo vários terroristas de alto perfil como Burhan Wani²¹, um importante Hizbul Líder Mujahideen²².

3.1.2 Operações orientadas por inteligência

O combate ao terrorismo eficaz depende fortemente de informações precisas e oportunas. O Exército Indiano colabora estreitamente com as agências de inteligência para recolher, analisar e agir com base em informações relativas a atividades terroristas. Esta sinergia aumenta a precisão e a eficácia das operações (Doutrina do Exército Indiano, Parte II, 2008). A Inteligência Humana (HUMINT) e a Inteligência Técnica (TECHINT) foram utilizadas de forma otimizada para manter as

²⁰ 'Operação All out', foi uma operação ofensiva conjunta lançada contra terroristas na Caxemira por várias agências indianas e liderada pelo exército indiano.

²¹ Burhan Wani, comandante do Hizbul Mujhaeedin, uma organização terrorista islâmica que utilizou as redes sociais, aproveitando uma mistura inteligente de ideologia, religião e profundo sentimento de perseguição.

²² Hizbul Mujhaeedin significa 'Partido dos Lutadores Sagrados' é uma organização militante islâmica afiliada ao Paquistão que está envolvida na insurgência da Caxemira desde 1989.

operações precisas e simples. As outras agências de inteligência, como o Intelligence Bureau (IB), a Research and Analysis Wing (RAW) e a polícia local, desempenham um papel vital na recolha e análise abrangente de informações (Abrahams M, 2008). Tecnologias avançadas, como drones, sistemas de vigilância e imagens de satélite, são essenciais para uma monitorização bem-sucedida de movimentos terroristas e para a identificação de esconderijos.

Em resposta ao ataque de Uri em 2016, o Exército Indiano conduziu ataques cirúrgicos através da Linha de Controle (LoC) na Caxemira ocupada pelo Paquistão (PoK). A operação baseou-se em informações precisas sobre a localização das plataformas de lançamento terroristas. Os drones de vigilância e o reconhecimento terrestre forneceram a inteligência necessária para planejar e executar os ataques com elevada precisão (Vivek Bhatia, 2016).

3.1.3 Campanhas Corações e Mentes

Conquistar os corações e mentes da população local é fundamental para a estratégia das Forças Armadas Indianas. Ao envolverem-se em projectos de desenvolvimento, fornecendo ajuda médica e garantindo a segurança, as forças procuram construir confiança e cooperação entre os civis. Isto ajuda a isolar os terroristas das suas potenciais bases de apoio. Algumas formas comuns adotadas são mencionadas nos parágrafos seguintes.

- **Abordar a causa raiz do terrorismo**

As campanhas humanitárias centram-se frequentemente na redução da pobreza, na oferta de educação e na garantia do acesso a serviços básicos como cuidados de saúde e água potável. Ao melhorar a qualidade de vida geral, estes esforços reduzem as disparidades socioeconómicas que podem levar os indivíduos a ideologias extremistas (PIB, 2019). No âmbito da **“Operação Sadbhavana”**²³, o Exército Indiano empreendeu iniciativas para construir infra-estruturas como estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água. Em 2018, a construção de uma ponte sobre o rio Pohru, no distrito de Handwara, melhorou a conectividade para mais de 15.000 residentes locais.

²³ 'Operação Sadhbhavna' significa que a boa vontade foi lançada pelo Exército Indiano no âmbito dos Programas de Acção Cívica Militar destinados a conquistar os corações e mentes das pessoas na região.

- **Construindo Resiliência Comunitária**

O reforço das comunidades locais através do desenvolvimento de infra-estruturas, de iniciativas de coesão social e de programas de capacitação torna-as menos susceptíveis ao recrutamento extremista. Quando as comunidades são resilientes, estão mais bem equipadas para resistir à influência de grupos terroristas (MHA relatório anual, 2021).

- **Oferecer formação educacional e profissional**

A educação desempenha um papel fundamental no combate à radicalização. As campanhas humanitárias que oferecem educação e formação profissional proporcionam caminhos alternativos para os jovens, afastando-os de grupos extremistas que atacam pessoas sem instrução e desempregadas (The Hindu, 2019). Em 2019, o Exército Indiano criou campos de desenvolvimento de competências em Baramulla para formar jovens em vários ofícios, como alfaiataria, informática e carpintaria (Economic Times, 2020). Além disso, foram criadas escolas de boa vontade do Exército para oferecer educação de qualidade às crianças em áreas remotas. Bolsas de estudo também são concedidas a alunos meritórios.

- **Apoio às populações deslocadas**

Os refugiados e o pessoal deslocado internamente são alvos particularmente vulneráveis ao recrutamento por grupos terroristas (Makers, 2011). Os esforços que proporcionam abrigo, alimentação, segurança e apoio psicológico ajudam a mitigar estes riscos e oferecem estabilidade. Durante as inundações de 2014 na Caxemira, o exército lançou a '**Operação Megh Rahat**'²⁴, resgatando mais de 200.000 pessoas e fornecendo suprimentos essenciais e cuidados médicos (AIB, 2015). As forças realizaram frequentemente operações de resgate durante avalanches na região, prestando ajuda e assistência essenciais à população afectada.

- **Contra-propaganda**

As organizações humanitárias podem combater a propaganda extremista promovendo narrativas positivas e fornecendo informações factuais

²⁴ Operação Megh rahat ' como uma operação HADR lançada pelas forças armadas para enfrentar os desafios colocados pelas inundações devastadoras na cidade de Srinagar e outras partes do estado de Jammu.

(Relatório UNHRC, 2020). Podem aproveitar os meios de comunicação locais e os líderes comunitários para difundir mensagens de paz e coexistência, reduzindo assim o apelo da retórica terrorista.

- **Apoio Psicológico e Cura de Traumas**

Muitos indivíduos em conflito em zonas de conflito sofrem traumas e stress psicológico que os podem tornar mais vulneráveis à radicalização (IDSA, 2021). Os esforços humanitários que oferecem serviços de saúde mental e cura de traumas podem ajudar os indivíduos a recuperar e a reintegrar-se na sociedade de uma forma positiva.

- **Envolvimento e participação da comunidade**

Incentivar a participação activa nos processos de tomada de decisão da comunidade capacita os indivíduos e cria um sentido de propriedade e responsabilidade. Esta abordagem participativa ajuda a construir confiança e a reduzir as queixas que os terroristas exploram (AIB, 2019). O Exército Indiano organiza regularmente torneios esportivos e oferece instalações esportivas para promover atividades físicas e espírito de equipe. **'Kashmir Premier League'**,²⁵ um torneio de críquete foi organizado como parte do mesmo (Relatório MHA 2021).

3.1.4 Estrutura de Comando Unificada

Uma estrutura de comando unificada assegura uma coordenação perfeita entre os diferentes ramos das forças armadas e outras agências de segurança. Esta abordagem garante que todas as entidades operem sob um único comando partilhando informações, recursos e estratégias para alcançar um objetivo comum (DHS, 2022). Esta integração facilita uma melhor comunicação e coordenação, essencial para respostas oportunas e eficazes às atividades terroristas. A Índia percebeu a importância de uma estrutura de comando unificada de combate ao terrorismo após o ataque de Mumbai em 2008, onde vários problemas foram enfrentados. O mais importante é o atraso na resposta dos Guardas de Segurança Nacionais (NSG), uma unidade especializada em combate ao terrorismo, devido à burocracia e à falta de coordenação entre as múltiplas agências envolvidas, o que leva à confusão e à utilização ineficiente de recursos (Relatório MHA 2009).

²⁵ 'Kashmir Premier League' é um torneio esportivo de críquete organizado anualmente pelo Exército Indiano para jovens de Jammu e Caxemira.

Após o ataque, diversas alterações foram incorporadas com base na experiência e recomendação do comitê técnico. A Agência Nacional de Investigação (NIA) foi criada para investigar e processar crimes relacionados com o terrorismo, garantindo uma abordagem especializada e centralizada para combater o terrorismo (HS Rao, 2010). O Centro de Agências Múltiplas (MAC) foi estabelecido para compartilhamento e coordenação de inteligência entre várias agências estaduais e centrais. Vários hubs NSG foram criados em vários estados para reduzir o tempo de resposta. Isto finalmente valeu a pena em 2017, a 'Operação All Out', em que o exército indiano, a CRPF e a polícia local eliminaram mais de 200 terroristas em Jammu e Caxemira.²⁵

3.1.5 Capacitação

As Forças Armadas Indianas investem na formação e capacitação do seu pessoal que visa melhorar as geral capacidades das instituições. A Índia investiu fortemente na formação e modernização das suas forças armadas, especialmente equipando-as com armas e sistemas mais avançados e sofisticados para enfrentar esta guerra não convencional (Relatório MHA 2021). O Exército Indiano reservou e treinou unidades específicas das Forças Especiais para operações de combate ao terrorismo. A Agência Nacional de Investigação passou por um reforço significativo de capacidades, incluindo formação especializada em táticas antiterroristas e análise forense (HS Beg 2021). Tal como discutido acima, o Centro Multiagências (MAC)²⁶ tem sido fundamental para melhorar a coordenação e a partilha de informações entre as diferentes agências de segurança na Índia, conduzindo a uma abordagem mais coesa e coerente no combate ao terrorismo (Relatório do Ministério da Defesa 2022). O desenvolvimento e a implantação de redes e sistemas de detecção do crime e do crime (CCTNS)²⁷ melhoraram significativamente a capacidade das agências para detectar e analisar actividades criminosas.

3.1.6 Marco Legal e Direitos Humanos

A adesão ao quadro jurídico e de direitos humanos é essencial para manter a legitimidade das operações antiterroristas. As Forças Armadas Indianas operam dentro dos limites das leis nacionais e internacionais, garantindo a responsabilização e a transparência (Relatório MHA 2022). A implementação da “Lei de Poder Especial das Forças Armadas” (AFSPA)²⁶ concedeu às forças armadas poderes especiais em áreas perturbadas, o que permite ao exército prender sem mandado, entrar e revistar quaisquer instalações e usar a força, se necessário (circular 101 do Ministério da

Defesa). A implementação da “Lei de Prevenção de Atividades Ilícitas” (UAPA) ²⁷ fornece um quadro jurídico para combater o terrorismo. Define actos terroristas e prescreve procedimentos para lidar com grupos individuais envolvidos no terrorismo. Embora estes atos tenham sido promulgados para formar e dar aspectos jurídicos a várias operações conduzidas pelas forças armadas, mas ao mesmo tempo recebe fortes críticas de vários órgãos de vigilância internacionais, como a comissão de direitos humanos, levando a apelos à revogação ou alteração dos atos (UNHRC Relatório 2011). O Supremo Tribunal da Índia estabeleceu certas directrizes para evitar o uso indevido da AFSPA e sublinha que o uso de qualquer força deve ser proporcional e estar em conformidade com os requisitos legais. Certos Procedimentos Operacionais Padrão (SOPs) foram formulados para conduzir as operações de forma ética. Inclui vários protocolos para evitar vítimas civis, garantir um tratamento justo aos detidos e denunciar ou investigar quaisquer alegações relacionadas com violações dos direitos humanos.

3.2 Quadro Operacional das Forças Armadas Indianas

As Forças Armadas Indianas empregam uma série de estratégias operacionais de combate ao terrorismo que são enumeradas nos parágrafos seguintes.

3.2.1 Domínio de Área

As Forças Armadas Indianas empregam uma estratégia de domínio de área, especialmente na região de Jammu e Caxemira, aplicando uma combinação de recolha de informações, operações táticas e envolvimento comunitário. Ao estabelecer uma presença permanente em áreas sensíveis, o exército pode monitorizar e controlar os movimentos, dificultando a operação dos terroristas. As Forças Armadas Indianas estabeleceram uma rede de contra-infiltração multicamadas ao longo da Linha de Controlo (LoC), que inclui barreiras físicas, sistemas de vigilância e pontos estratégicos de emboscada. Esta tática certamente reduziu as tentativas bem-sucedidas de infiltração através das fronteiras (Doutrina CT do Exército Indiano 2017).

²⁶ A AFSPA é uma lei aprovada pelo governo indiano em 1958 que confere poder desenfreado às forças armadas destacadas em áreas perturbadas para matar qualquer pessoa que aja em violação da lei, prender e revistar quaisquer instalações sem mandado e garante protecção contra processos judiciais e processos judiciais sem a sanção dos governos centrais.

²⁷ A UAPA é uma lei antiterrorismo da Índia que define atividades ilegais que apoiam ou incitam a cessão ou secessão de qualquer território indiano. Prevê a pena de morte como a pena mais elevada e a detenção de suspeitos sem acusação ou julgamento por até 180 dias, incluindo a negação da fiança.

3.2.2 Operações de Cordão e Busca (CASO)

Estas operações envolvem isolar uma área e realizar buscas minuciosas para capturar ou matar terroristas. Esta tática geralmente depende de informações confiáveis e precisas, que podem ser na forma de inteligência humana (HUMINT) ou inteligência de sinais (SIGINT). Esta técnica tem sido aplicada regularmente pelo Exército Indiano no vale da Caxemira e tem sido a espinha dorsal de várias missões bem-sucedidas.

3.2.3 Equipes de Resposta Rápida

A implantação de equipes de resposta rápida altamente móveis e bem equipadas permite uma acção rápida em caso de ataque terrorista. No contexto do mesmo, a Guarda de Segurança Nacional (NSG), que anteriormente estava baseada na capital e foi mobilizada num curto espaço de tempo, está agora dividida em várias equipes e baseada em múltiplas cidades sensíveis para uma implantação rápida (Bruce Riedel, 2012). Esta iniciativa foi empreendida após o ataque terrorista de 28/11 em Mumbai, onde o atraso na resposta do NSG devido a questões administrativas e burocráticas agravou a perda de vidas e bens.

3.2.4 Uso de Tecnologia

A utilização de tecnologias avançadas desempenhou certamente um papel crítico no combate ao terrorismo moderno para as forças armadas. A utilização de drones, dispositivos de visão noturna (NVD), imagens térmicas e sistemas de vigilância por satélite, incluindo sistemas EW, capacidades cibernéticas e operações com drones têm desempenhado um papel vital na monitorização e resposta a actividades terroristas. A vigilância moderna de pontos de controle e locais estratégicos ajudou em todas as operações de combate ao terrorismo. Os drones têm desempenhado um papel fundamental nas operações modernas de combate ao terrorismo. Nos ataques cirúrgicos de 2016 através das fronteiras, os drones foram fundamentais para fornecer às Forças Especiais a localização precisa dos campos de treino terrorista e esconderijos (CNBC, 2022).

3.3 Conclusão Parcial

Embora estas táticas utilizadas pelas forças armadas estejam a evoluir muito rapidamente em proporção à evolução das táticas do terrorismo e ao avanço das tecnologias. Da forma como os terroristas planeiam os seus movimentos bem pensados, o desafio está a tornar-se maior e pior para qualquer estado. Neste

cenário, apenas as tecnologias avançadas e o trabalho sinérgico entre as forças podem reduzir o impacto destes atos tão insensíveis.

No cenário actual, as Forças Armadas Indianas estão a trabalhar no sentido de operações antiterroristas em sinergia com as autoridades locais, no entanto estas operações militares necessitam de um forte apoio do ponto de vista diplomático, especialmente mantendo os sentimentos religiosos e crenças da população local. O governo indiano tem explorado regularmente o canal diplomático secreto com o seu estado vizinho, mas os resultados não têm sido muito frutíferos. Nos próximos tempos, esperamos apresentar continuamente esta questão em vários fóruns internacionais e expor as nações responsáveis por tais atividades hediondas.

4 **IMPLICAÇÕES DAS OPERAÇÕES MILITARES DE CONTRATERRORISMO**

O terrorismo tem claramente um impacto muito real e direto na vida humana, com consequências devastadoras para o gozo do direito à vida, à liberdade e à integridade física das vítimas. O custo do terrorismo tem sido praticamente sentido em todos os cantos do globo. Neste capítulo, discutiremos as implicações sociais, políticas e éticas das operações militares de combate ao terrorismo na sociedade.

4.1 **Implicações Sociais**

As operações antiterroristas em todo o mundo atraíram implicações sociais multifacetadas em termos de vítimas civis, violação dos direitos humanos e intolerância grave no público local, o que resultou num grave impacto psicológico nas pessoas. Este impacto não só causou danos permanentes nas suas vidas, mas também foi o principal factor explorado por grupos terroristas para levar a cabo a radicalização em massa. De acordo com relatórios publicados pelo Watson Institute of International and Public Affairs (setembro de 2023), Brown University, o número de civis indiretamente mortos em zonas de guerra pós-11 de setembro, incluindo no Afeganistão, Paquistão, Iraque, Síria e Iémen, é estimado em 3,6-3,8 milhão (Instituto Watson, setembro de 2023). Analisaremos o impacto social nos subtítulos seguintes.

4.1.1 **Vítimas Civis**

Vinte e três anos após os ataques terroristas de 11 de Setembro, pelo menos 22 mil civis foram mortos apenas em ataques aéreos dos EUA durante a guerra contra o terrorismo. (Estatista, Kathrina Buchholz, 21 de setembro). As estimativas mínimas contam com aproximadamente 11.500 no Iraque, 5.500 na Síria e 4.800 no Afeganistão. Mortes adicionais ocorreram na Somália. Iémen, Paquistão e Líbia. Embora as baixas civis tenham atingido mais picos no Iraque em 2003/2004 e na Síria entre 2015 e 2019, a guerra do Afeganistão registou menos mortes por ano, em média, entre 100 e 550 civis afegãos todos os anos entre 2006 e 2019 (dados SATP 2021). No entanto, dados precisos pós-2021 não estão disponíveis.

As baixas civis, muitas vezes denominadas “danos colaterais”, são parte integrante das operações de combate ao terrorismo e o factor mais importante que afecta a qualidade de toda a operação em termos de legitimidade. A principal razão por detrás disto pode ser atribuída à complexidade da distinção entre combatentes e não combatentes, às tácticas utilizadas pelos terroristas, aos erros operacionais e à utilização de certos tipos de armas. Poucos dos principais fatores são discutidos nos parágrafos seguintes.

- **Táticas de Escudo Humano**

Os terroristas utilizam frequentemente a população local, especialmente mulheres e crianças, como escudo, o que complica ainda mais as operações antiterroristas e o ataque a alvos legítimos. Os grupos terroristas utilizam frequentemente civis como escudos humanos para dissuadir ataques como, durante a Batalha de Mossul (2016-17) ³², o ISIS utilizou civis como escudos humanos, complicando assim os esforços das forças iraquianas para atingir os combatentes do ISIS sem vítimas civis (BBC News, 2016).

- **Combatentes Indistinguíveis**

Neste tipo de guerra assimétrica, os combatentes geralmente não usam uniforme e tendem a misturar-se com a população civil, tornando difícil diferenciar entre combatentes e não combatentes.

- **Erros Operacionais e Falha de Inteligência**

A ausência de informações precisas de informações em conjunto com operações conduzidas rapidamente pode levar a ataques em áreas civis. Entradas de inteligência incorretas podem resultar na identificação incorreta de alvos e em informações defeituosas. Em agosto de 2021, um ataque de drone dos EUA em Cabul matou por engano um trabalhador humanitário, resultando na morte de 10 civis, incluindo crianças. O ataque foi baseado em informações de inteligência que identificaram erroneamente o indivíduo como um agente do ISIS-K (New York Times, abril de 2024).

- **Danos colaterais com armas explosivas**

Esta é uma das razões mais comuns para vítimas civis, em que o uso de ataques aéreos, artilharia pesada e armas explosivas em áreas povoadas resulta frequentemente em danos colaterais significativos. Os ataques aéreos de Israel em Gaza resultaram na perda substancial de vidas civis e de infra-estruturas (AL Jazeera, Maio de 2024).

4.1.2 **Violação dos Direitos Humanos**

Tal como o terrorismo tem impacto nos direitos humanos e no funcionamento da sociedade, o mesmo acontece com as medidas adoptadas pelos Estados para combater o terrorismo. Poucos exemplos do mesmo são mencionados abaixo.

- **Assassinatos Extrajudiciais**

A morte de civis por mera suspeita e por exagero tem sido o factor mais comum de violações dos direitos humanos. De acordo com os últimos

relatórios do departamento de saúde dirigido pelo Hamas, o actual número de mortos civis em Gaza em Maio de 2024 é de aproximadamente 35.000, o que inclui a identificação de 25.000 cadáveres (Reuters, Maio de 2024).

- **Detenções arbitrárias**

A detenção de civis por mera suspeita de envolvimento em actividades terroristas e a sua detenção durante anos sem julgamento é outro importante factor que contribui para estas violações dos direitos humanos. De acordo com o relatório da agência de notícias HRW, após os ataques de 11 de setembro, os EUA detiveram vários indivíduos na Baía de Guantánamo, Cuba, sem julgamento (Relatório HRW 2021).

- **Tortura e tratamento desumano**

O tratamento desumano de suspeitos de serem civis, sob a forma de tortura física e mental, abuso sexual e outros maus-tratos, é muito comum, especialmente nas prisões e centros de detenção. De acordo com o Washington Post, durante a guerra do Iraque, os detidos na prisão de Abu Gharib foram sujeitos a maus-tratos graves, incluindo tortura, assédio sexual e várias outras duras tácticas de interrogatório ³⁷.

- **Discriminação e perfil**

Em certos países, as políticas de luta contra o terrorismo levaram à definição de perfis de certos grupos étnicos e religiosos. De acordo com os relatórios, no Reino Unido, os poderes de detenção e busca foram desproporcionalmente direccionados para as comunidades negras e asiáticas, levando a alegações de discriminação racial e discriminação (The Guardian, agosto de 2023).

4.1.3 Impacto Psicológico

As operações antiterroristas podem ter impactos psicológicos profundos nos civis, muitas vezes exacerbando as próprias condições que pretendem mitigar. Nos parágrafos seguintes discutiremos alguns desses impactos.

- **Trauma e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)**

Em regiões com intensas operações de combate ao terrorismo, como o Iraque, o Afeganistão e o Líbano, os civis são frequentemente vítimas de violência direta, testemunham a destruição de propriedades e sofrem a perda de familiares e amigos (The Lancet, 2008).

- **Sensação de insegurança e desamparo**

De acordo com a Revisão Internacional da Cruz Vermelha (IRCC), foi observado um amplo sentimento de insegurança em civis sírios, exacerbado pela natureza imprevisível das operações de contraterrorismo (Giacca e Casey-Maslen, 2016).

- **Bem-estar psicológico infantil**

Nas zonas de conflito, as crianças são particularmente vulneráveis aos impactos psicológicos das operações antiterroristas. De acordo com o relatório publicado pela UNICEF em 2018, as crianças em Gaza apresentam altas taxas de TEPT, ansiedade e depressão devido às operações militares e ao bloqueio em curso.

- **Estigmatização e Isolamento Social**

Nos países ocidentais, as medidas antiterroristas, como a vigilância e a definição de perfis, levaram à estigmatização e ao isolamento social de certas comunidades, criando sentimentos de alienação e desconfiança. Em resposta aos ataques de 11 de Setembro, os muçulmanos expressaram stress, assédio e expressaram receios de estarem em espaços públicos devido à ligação ao terrorismo (Abu Ras e Suarez, 2009).

4.2 **Implicações Políticas**

Na era global de hoje, as operações antiterroristas têm um impacto significativo no cenário nacional e internacional. Nos parágrafos seguintes, discutiremos como as operações antiterroristas impactam vários assuntos globais.

4.2.1 **Soberania do Estado**

A soberania do Estado, o princípio que confere uma autoridade forte e suprema à nação dentro das suas fronteiras territoriais, é significativamente impactada pelas operações antiterroristas. Poucos dos aspectos salientes com exemplos são discutidos abaixo.

- **Cooperação internacional**

Após o ataque de 11 de Setembro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a resolução 1373 que apelava aos Estados para melhorarem a sua capacidade legal e institucional para combater o terrorismo, o que muitas vezes exigia mudanças na legislação nacional e aumentava a cooperação internacional. Países com ideias semelhantes, como a Índia e os EUA, uniram-se para lutar contra o terrorismo, formando o Grupo de Trabalho

Conjunto Contra o Terrorismo (CTJWG)²⁸. Estes exemplos indicam claramente que as nações estão empenhadas em reforçar a aplicação da lei e as parcerias judiciais em apoio ao Estado de direito, nomeadamente através da partilha de informações e do reforço da cooperação em pedidos de assistência jurídica mútua. As duas nações reafirmaram o seu compromisso com a cooperação no Grupo de Trabalho de Contraterrorismo QUAD²⁹ e noutros fóruns e processos multilaterais, como as Nações Unidas, o Fórum Global de Contraterrorismo (GCTF)³⁰ e o Grupo de Acção Financeira (GAFI).

- **Intervenção e violações da soberania**

A GWOT está repleta de casos em que nações alegaram que as operações antiterroristas foram conduzidas sem consentimento ou mesmo notificação pelas forças operacionais. Uma das mais renomadas operações de combate ao terrorismo, em que Osama bin Laden foi morto pelos SEALs da Marinha dos EUA em Abbottabad, no Paquistão, é altamente conhecida e aclamada globalmente, no entanto, até o momento, o Paquistão afirma que isso é uma violação de suas fronteiras internacionais e da soberania de onde as forças dos EUA vieram. perto da academia militar do Paquistão (Ali Shan Shah, 2021).

- **Erosão de Não Interferência**

A imposição de sanções das Nações Unidas a estados que abrigam ou apoiam grupos terroristas e o estabelecimento de mecanismos de monitorização podem infringir a soberania do estado (D. Lapas, 2021). Embora a intenção destas sanções possa não estar sob análise, os seus efeitos são certamente questionáveis. O impacto do congelamento dos 07 mil milhões de dólares do Afeganistão após o restabelecimento do domínio talibã no Afeganistão, após a saída das forças dos EUA em 2021, tem mais impacto no povo afegão comum do que no reinado talibã (TJ Eckert & Tourinho, 2016).

²⁸ O CTJWG é um grupo de trabalho bilateral entre a Índia e os EUA centrado em operações de combate ao terrorismo através da partilha de informações, treinos e exercícios conjuntos e apoio mútuo.

²⁹ QUAD conhecido como, 'Dialog Quadrilateral de segurança'(QSD), o um forum estrategico informal que compreende quatro nacoes, nomeadamente- EUA, India, Australia e Japao. Um dos principais objetivos do Quad e trabalhar para uma regioao Indo-Pacifico livre, aberta, prospera e inclusiva.

³⁰ O Forum Global de Counterterrorismo e uma plataforma informal, apolitoico e multilateral de combate ao terrorismo que foi lancada oficialmente em nova lorque, em 22 de setembro de 2011, para combater o terrorismo no cenario global.

4.2.2 Instabilidade Política

As medidas antiterroristas levadas a cabo pelas forças armadas, originalmente destinadas a neutralizar ameaças e garantir a segurança nacional, podem levar à instabilidade política através de vários mecanismos. Discutiremos algumas dessas questões com exemplos.

- **Erosão das liberdades civis e dos direitos humanos básicos**

Estas operações de combate ao terrorismo envolvem frequentemente uma maior vigilância excessiva, detenções arbitrárias e restrições aos direitos humanos básicos e à liberdade, como o direito à expressão, à circulação e à imprensa. A implementação da 'Lei Patriota dos EUA' após o ataque de 11 de setembro expandiu a vigilância das autoridades e os poderes de investigação. Isto atraiu severas críticas do público, uma vez que infringia as liberdades civis, levando a um debate público significativo e à desconfiança nas instituições governamentais. (ML Satterthwaite, 2006).

- **Exacerbação de tensões sectárias e étnicas**

No Iraque, as operações contra os insurgentes sunitas foram altamente criticadas, uma vez que foram percebidas como tendo como alvo específico os muçulmanos sunitas com base na casta e no ódio religioso extremo, exacerbando assim as tensões sectárias e contribuindo para a instabilidade política (Renaud Mansor , 2016).

- **Repressão política e autoritarismo**

O governo pode usar o disfarce de combate ao terrorismo para reprimir os adversários políticos e a dissidência, levando a um ambiente político e a uma potencial agitação. Testemunhámos estes momentos na Índia, onde o governo no poder foi acusado de espionar os telemóveis do líder da oposição, instalando remotamente o software Pegasus sob o pretexto de monitorizar prováveis atividades terroristas (Al-Jazeera, outubro de 2023).

- **Impacto económico e alocação de recursos**

As operações intensivas de luta contra o terrorismo podem esgotar os recursos nacionais, conduzindo à instabilidade económica. As extensas operações antiterroristas do Paquistão contra grupos militantes nas áreas tribais prejudicaram a sua economia, desviaram recursos de projetos de

desenvolvimento e levaram à instabilidade económica nessas regiões (Karim Noor, 2018). .

- **Questões de legitimidade e governança**

As operações intensivas de combate ao terrorismo levadas a cabo pelas forças armadas podem ter múltiplos efeitos em cascata não intencionais, o que prejudica a legitimidade do governo, especialmente se forem consideradas pesadas ou ineficazes. Os governos nigerianos que combatem as operações terroristas contra o Boko haram têm enfrentado críticas por serem ineficazes e por violações dos direitos humanos. Isto corroeu a confiança no governo, causando instabilidade política (Al-Jazeera, dezembro de 2015).

4.2.3 **Relações Civis Militares**

As relações civil-militares constituem outro subconjunto importante de implicações políticas das operações antiterroristas que envolvem a interação de fatores políticos, militares e sociais. As operações de luta contra o terrorismo exigem muitas vezes uma acção rápida e decisiva que pode levar a uma erosão das normas democráticas se for dada demasiada autonomia às forças militares. Como discutido acima, o “Acto Patriota” nos EUA após o 11 de Setembro expandiu os poderes de vigilância e detenção, levantando preocupações sobre as liberdades civis. As forças armadas aumentaram o seu papel na segurança interna, embora iniciativas como o NORTHCOM tenham destacado as tensões entre a segurança e os direitos civis (MC Desh , 1999).

No Paquistão, o envolvimento dos militares no contraterrorismo tem sido uma faca de dois gumes. Os militares estão constantemente sob vigilância quanto a violações dos direitos humanos e envolvimento extremo nos assuntos políticos da nação. (PD Feaver , 2003). Vários golpes militares criaram um forte sentimento de insatisfação e ódio entre os homens comuns em relação às forças armadas. No Egipto, o papel dos militares no contraterrorismo estendeu-se a uma influência política mais ampla, especialmente após o golpe de 2013. A mudança levantou preocupações sobre a erosão da supervisão civil e da governação democrática (Stojanovic , 2018). Nesses países com instituições fracas, o papel dos militares na luta contra o terrorismo pode ter um impacto significativo nas relações entre civis e militares.

4.3 Conclusão Parcial

O sucesso das operações antiterroristas é geralmente avaliado com base nos parâmetros do sucesso tático e operacional. No entanto, discutimos vários exemplos em que estas operações podem ter graves implicações sociais, éticas e políticas, se não forem conduzidas no âmbito da humanidade e das leis internacionais. Estas implicações têm um impacto psicológico forte e em cascata que pode certamente constituir a base de problemas mais graves como a radicalização e o terrorismo. Socialmente, estas operações podem ter impacto nas relações comunitárias com o potencial de reforçar a coesão social contra ameaças comuns ou de exacerbar divisões se visarem injustamente grupos específicos. Uma abordagem holística que integre quadros jurídicos robustos, uma supervisão transparente e esforços genuínos para abordar as causas profundas do terrorismo é essencial para alcançar uma segurança sustentável e promover sociedades resilientes.

5. OPERAÇÕES DE CONTRATERRORISMO: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FORÇAS ARMADAS

À medida que as forças armadas se esforçam por proteger a segurança nacional e a vida dos civis, têm de se adaptar rapidamente ao cenário dinâmico do terrorismo moderno, equilibrando a resposta imediata com objectivos estratégicos de longo prazo. Nos capítulos anteriores, discutimos como as forças devem conduzir uma abordagem multifacetada com o envolvimento de várias agências e abrangendo diversas dimensões operacionais, logísticas, legais e éticas. Neste capítulo, analisaremos vários desafios físicos e sensíveis enfrentados pelas forças armadas durante a realização destas operações.

5.1 Adaptabilidade à evolução das atividades terroristas

Na era actual de tecnologias avançadas e de táticas em evolução, a conduta do terrorismo com armas clássicas é limitada. O uso de canais de comunicação criptografados, drones e guerra cibernética mudou toda a estratégia das operações antiterroristas. Em Jammu e Caxemira, a utilização de drones para contrabandear armas através da fronteira a partir do Paquistão está a tornar muito complexo para as forças armadas a intercepção destes fornecimentos (The Diplomat, Outubro 2021). O emprego de táticas de guerra híbrida em conjunto com a guerra convencional e irregular está a complicar a situação. Durante o ataque de Pulwama em 2019, o homem-bomba utilizou um Dispositivo Explosivo Improvisado (IED) para atingir um comboio das forças policiais da Reserva Central (CRPF), resultando na morte de 40 pessoas (AL-Jazeera, fevereiro de 2019).

Com o advento da Inteligência Artificial (IA), os grupos terroristas já começaram a explorar esta tecnologia para realizar propaganda intensiva, desinformação, alucinações ou operações de guerra. Na guerra em curso em Gaza, a IA generativa tem sido utilizada para divulgar imagens de bebés ou jovens feridos na guerra, a fim de criar mais caos e conteúdos perturbadores na Internet (BBC News, janeiro de 2024). Além disso, alguns elementos desta IA generativa foram usados para hackear drones e bombas veiculares autodirigidas. De acordo com relatórios do CSNU, organizações como o Hamas, o Hezbollah e o ISIS estão a utilizar drones para inteligência, vigilância, contrabando de armas e para ajudar na selecção de alvos com maior precisão e letalidade a partir de sistemas terrestres.

A utilização de uma estrutura descentralizada por organizações terroristas, em que um único interveniente ou pequenas células executam o ataque, tornou a detecção e a prevenção mais difíceis. A explosão em série de um comboio em Bombaim, em 2006, foi o resultado de uma célula dormente activada que utilizou uma panela de pressão para bombardear um comboio local, resultando em 209 vítimas mortais e 714 feridos (BBC News, Julho de 2006) .

5.2 Terreno complexo

Terrenos como ambientes urbanos, regiões montanhosas e florestas densas representam desafios significativos nas operações de combate ao terrorismo. Esses terrenos dificultam gravemente o movimento da tropa, limitam a visibilidade e dificultam a comunicação. Os terrenos montanhosos e o clima extremamente rigoroso da Caxemira têm sido explorados por terroristas há décadas para se infiltrarem através das fronteiras. Simultaneamente, são refúgio seguro para terroristas devido aos esconderijos naturais. Durante os ataques terroristas de Bombaim, em 2008, os terroristas utilizaram a densa paisagem urbana em seu benefício, deslocando-se através de edifícios como hospitais e hotéis e misturando-se com civis (The Hindu, Janherio de 2018). Isto complicou a identificação e o direccionamento de alvos legítimos. Da mesma forma, a batalha de Mossul, no Iraque, mostrou as complexidades da guerra urbana contra o ISIS, com edifícios cheios de armadilhas, disparos de franco-atiradores a partir de pontos privilegiados e a necessidade de evitar vítimas civis, o que complicou a operação ⁶³.

5.3 Coleta de Inteligência

Este é um dos factores mais importantes para o sucesso das operações antiterroristas, mas ao mesmo tempo a tarefa mais desafiadora devido à natureza complexa e evolutiva das organizações terroristas. Grupos terroristas como a Al-Qaeda e o ISIS têm estruturas descentralizadas e operam através de células pouco interligadas. Isto torna difícil a recolha de informações abrangentes, uma vez que os agentes muitas vezes desconhecem as atividades uns dos outros (Relatório da Amnistia Internacional 2018). A adaptabilidade e resiliência destas organizações permitem-lhes mudar rapidamente de táticas e métodos, dificultando o acompanhamento das agências de inteligência.

As operações da HUMINT em termos de agentes secretos são muitas vezes muito limitadas devido a barreiras culturais e linguísticas (Relatório Indian MHA 2022).

As agências de inteligência geralmente recolhem uma grande quantidade de dados de diversas fontes, incluindo vigilância electrónica, redes sociais e imagens de satélite. No entanto, processar e analisar estes dados para extrair informações acionáveis com informações oportunas é um desafio significativo. Da mesma forma, a coordenação interagências é novamente uma tarefa complicada, em que a partilha não atempada de contributos pode levar a um enorme erro. O fracasso do ataque de 11 de Setembro foi parcialmente atribuído à má coordenação e partilha de informações entre diferentes agências de inteligência, como a CIA e o FBI (W Norton & co, 2004) . Desde então, têm sido feitos esforços para melhorar a colaboração interagências, mas permanecem desafios para garantir uma comunicação e cooperação contínuas. Além disso, a recolha de informações é frequentemente sujeita a críticas, como a violação da privacidade e das liberdades civis, conforme discutido nos capítulos anteriores.

5.4 Equilibrando as leis de segurança e humanitárias

Como discutimos anteriormente, as operações antiterroristas devem cumprir o Direito Internacional Humanitário (DIH). Estas incluem a proibição da tortura, a garantia de julgamentos justos e a protecção dos não-combatentes. Simultaneamente, as medidas de segurança devem ser proporcionais à ameaça e necessárias para atingir os objectivos pretendidos. Medidas excessivamente agressivas podem levar a violações dos direitos humanos, corroendo os interesses públicos e potencialmente promovendo mais radicalização.

Os terroristas são “actores não estatais”, que não aderem a qualquer DIH ou outras Regras de Engajamento (RoEs) juridicamente vinculativas (Academia de Geneva, Fevereiro de 2017). Combater esses grupos dentro dos limites da lei enquanto eles exploram essas leis é o maior desafio para as forças armadas. Os homens que lutam no terreno enfrentam frequentemente o desafio da tomada de decisões que envolve dilemas morais e éticos que exigem o equilíbrio entre a necessidade imediata de proteger os cidadãos e o impacto a longo prazo nos valores sociais e nos direitos humanos.

5.5 Combater a Radicalização e a Ideologia

Este é um dos desafios mais significativos para as forças armadas, uma vez que envolve a componente psicológica da natureza humana. As forças armadas carecem muitas vezes dos conhecimentos culturais, sociais e psicológicos necessários para compreender as causas profundas da radicalização. Estas causas

podem incluir queixas políticas, disparidades socioeconómicas, crises de identidade e exposição a ideologias extremistas. No Afeganistão, os EUA e os soldados aliados não conseguiram compreender a dinâmica tribal e as queixas locais que garantiram o apoio aos Taliban. Esta falta de compreensão resultou na falta de apoio da população local e contrariou a influência ideológica dos Taliban.

Além disso, este processo de radicalização ocorre frequentemente em privado, tornando difícil o seu rastreio pelas agências de inteligência. Grupos extremistas como o ISIS utilizam comunicações encriptadas e redes sociais para espalhar as suas ideologias. Além disso, combater esta radicalização requer uma combinação de abordagens militares e não militares através da educação, aconselhamento e desenvolvimento económico. Contudo, as forças armadas são treinadas principalmente para operações de combate e podem não ter capacidade para implementar eficazmente estas estratégias não militares. O tempo necessário para a implementação bem sucedida destas estratégias é novamente discutível.

5.6 Restrições Orçamentárias e de Recursos

A condução de operações antiterroristas muitas vezes requer forças especiais que sejam amplamente treinadas e equipadas com armas e dispositivos modernos e sofisticados. No entanto, recursos inadequados podem levar a uma grande lacuna entre resultar na perseguição de terroristas, em vez de estar um passo à frente deles. Os terroristas utilizam frequentemente tecnologia avançada para comunicação e coordenação, necessitando de atualizações constantes na tecnologia antiterrorista. Estas restrições orçamentais podem dificultar a aquisição e o desenvolvimento destas tecnologias.

A formação contínua é essencial para estas operações, a fim de acompanhar a evolução das ameaças. Contudo, o gabinete de responsabilização do governo dos EUA informou que os cortes orçamentais têm historicamente levado a reduções nos programas de formação, afectando assim a preparação geral. De acordo com o relatório dos grupos de Stimson, a parte das despesas de luta contra o terrorismo no total das despesas discricionárias aumentou de menos de 2% em 2001 para 22% em 2008, no seu pico, diminuindo para 15% em 2017 (grupo de estudos Stimson, 2018). Ao mesmo tempo, as operações sustentadas de combate ao terrorismo exigem o destacamento prolongado de forças, o que é dispendioso. A restrição orçamental pode forçar uma redução na duração e intensidade destas operações, permitindo que os grupos terroristas se reagrupem e rejuvenesçam.

5.7 Política Interna

A política interna de uma nação pode moldar e, por vezes, dificultar a eficácia das operações antiterroristas de várias maneiras. Globalmente, temos vários países como o Paquistão, a Nigéria e o Líbano, onde a política local e o governo instável tiveram um impacto profundo nas operações globais de combate ao terrorismo, o que afecta gradualmente o desenvolvimento de toda a nação. A política interna influencia frequentemente a distribuição de recursos dentro das forças armadas. Os líderes políticos podem dar prioridade ao financiamento com base nas suas necessidades políticas, a fim de enfeitar o seu banco de votos, em vez de realizarem um financiamento adequado com base em requisitos estratégicos e legítimos. No Paquistão, a dinâmica política interna e as relações civis-militares tiveram impacto nas operações antiterroristas. A atual onda de tensões políticas que coloca o ex-primeiro-ministro Imran Khan, o líder político mais popular do país, contra o chefe do exército, general Asim Munir, o homem mais poderoso do país, não tem precedentes. Esta situação confrontou o Paquistão com uma crise tripla de instabilidade política, viabilidade económica e ressurgimento do terrorismo (Abdul Bashit, the Diplomat, Maio de 2023).

As agendas políticas podem moldar as prioridades estratégicas da luta contra o terrorismo ou das operações antiterroristas. Os políticos podem exercer pressão para operações de alto nível que produzam resultados visíveis imediatos, em vez de estratégias de longo prazo que sejam menos recompensadoras politicamente, mas mais eficazes a longo prazo. Nos Estados Unidos, a pressão política para obter resultados rápidos na guerra contra o terrorismo levou à invasão do Iraque em 2003. O foco no Iraque desviou recursos e atenção do Afeganistão, onde a principal ameaça da Al-Qaeda permaneceu significativa. Esta decisão politicamente motivada, sem equilíbrio com os requisitos estratégicos, teve um impacto enorme na eficácia das operações antiterroristas (Packer George, 2005) .

Tal como já discutimos nos capítulos anteriores, as operações eficazes de luta contra o terrorismo exigem uma coordenação contínua entre várias agências governamentais, incluindo os serviços de informações, a aplicação da lei e as forças armadas. Contudo, a política interna pode dificultar estas operações através de lutas burocráticas, competição por influência e falta de partilha de informação. Os ataques de Mumbai em 2008 puseram em evidência todas estas questões que levaram a

atrasos na resposta e na partilha de informações, impactando assim a eficácia global das operações antiterroristas levadas a cabo pelas forças especiais.

5.8 Plataformas de Mídia Social (SMFs)

Os SMF são como facas de dois gumes nas operações antiterroristas que podem ter impactos positivos e negativos nas operações antiterroristas. Hoje, as redes sociais desempenham um papel impactante no processo de radicalização e mobilização de extremistas violentos e não violentos. Organizações terroristas como o ISIS têm utilizado eficazmente as redes sociais para recrutar membros a nível mundial (Paula Las Heras, Universidade de Navarra, Marco de 2022). A disseminação de vídeos e materiais de propaganda de alta qualidade para atrair e radicalizar o indivíduo está em alta. O uso de aplicativos de mensagens criptografadas e plataformas de mídia social para planejar e coordenar ataques é a metodologia mais comum e bem-sucedida. O maior problema no combate a estes esforços envolveria um elevado nível de vigilância digital que, em última análise, se curvaria às implicações na liberdade de expressão, na privacidade individual, nas leis constitucionais e nos direitos humanos internacionais.

5.9 Parcial Conclusão

Testemunhamos com vários exemplos como as operações antiterroristas são afetadas por vários fatores físicos e emocionais. A realização de operações de luta contra o terrorismo num ambiente tão multipolar exige táticas, equipamento e formação altamente especializados para enfrentar eficazmente este desafio demográfico. Não há dúvidas sobre a intenção e a força de vontade dos homens no terreno, mas os factores e agências de apoio, como o governo e a população local, precisam de apoiar as operações para que sejam bem sucedidas com o mínimo de danos para a força de combate e para a sociedade.

6 OPERAÇÕES DE COMBATE AO TERRORISMO DA ÍNDIA (2014 – 2019)

As Forças Armadas Indianas têm realizado operações antiterroristas há décadas, mas escolhi particularmente este período após 2014 por dois motivos. Depois de 2014, houve uma mudança de paradigma na política antiterrorista da Índia, em que a abordagem era mais proactiva em vez de reactiva e, em segundo lugar, a perspectiva passou de apenas defensiva para ofensiva-defensiva. Neste capítulo, discutiremos algumas operações terroristas transfronteiriças realizadas pela Índia, seguidas da análise da aplicação prática da teoria do combate ao terrorismo, conforme discutido no capítulo três.

6.1 Greve Cirúrgica 2016

Em setembro de 2016, terroristas da organização Jaish-e-Mohammed, sediada no Paquistão, entraram na camuflagem do exército indiano em Uri, perto da Linha de Controle (LoC), e mataram 20 soldados no ataque. Em retaliação, a Índia realizou ataques cirúrgicos, a 'Operação X' na Caxemira Ocupada do Paquistão (PoK), infligindo pesadas baixas a terroristas e grupos terroristas, indicando assim uma mudança de posição nas Regras de Engajamento (RoE) na disputada Linha de Controle (The Diplomat, Setembro de 2023). A operação baseou-se em inteligência humana e imagética precisa sobre equipamentos e locais terroristas. A operação envolveu o lançamento aéreo de Forças Especiais no LoC, de onde cruzaram para o lado paquistanês. As forças indianas avançaram três quilómetros através do LoC para conduzir os ataques (Kamran Yusuf, The Tribune, Setembro de 2016). Envolveu vigilância por drones especialmente projetados, seguida de assalto. Durante o ataque, sete plataformas de lançamento terroristas foram destruídas, incluindo 38 terroristas e 02 soldados paquistaneses (The Economic Times, Julho de 2018). Após a conclusão do ataque, o Paquistão foi informado sobre os ataques e a Índia deixou clara a sua posição de que não tem intenção de continuar as operações, mas está pronta para qualquer reação do lado paquistanês. Não houve nenhuma causalidade por parte das Forças Especiais Indianas.

6.2 'Operação Bandar' – Ataque aéreo Balakot

Em fevereiro de 2019, um comboio de veículos militares transportando pessoal das Forças Policiais da Reserva Central Indiana (CRPF) foi atacado por um homem-bomba transportado por veículo em Lethpora, no distrito de Pulwama, na Caxemira, na Índia. O ataque resultou na morte de 40 funcionários indianos da CRPF (The Hindu, Fevereiro de 2019). A responsabilidade do ataque foi reivindicada pelo grupo

militante islâmico Jaish -e-Mohammed, com sede no Paquistão (BBC News, Fevereiro de 2019). Em 18 de fevereiro de 2019, a Força Aérea Indiana (IAF) obteve informações precisas de inteligência da R&AW sobre o campo de treinamento terrorista JeM no distrito de Balakot, na Caxemira ocupada pelo Paquistão (PoK). As imagens de satélite deram uma visão clara dos campos de treinamento e boas imagens do alvo. Este contributo de inteligência foi reconfirmado pela IAF através de plataformas ISR. O mesmo foi informado ao governo e dependendo da distância do alvo ao LoC, a IAF foi encarregada de cumprir a missão. Considerando o clima extremo de inverno na área e o terreno montanhoso, a IAF realizou um ataque nas primeiras horas da manhã de 26 de fevereiro de 2019, onde aeronaves Mirage cruzaram o LoC e lançaram bombas nas proximidades de Balakot em Khyber, Província de Pakhtunwala , no Paquistão. O ataque resultou na morte de aproximadamente 90 terroristas do JeM , porém os números exatos não foram revelados pelo Paquistão (V Kaura, 2020). As imagens de satélite pós-ataque indicaram infraestrutura danificada das unidades.

6.3 Principais destaques

Ambos os ataques foram únicos, uma vez que foram realizados fora das fronteiras internacionais. Esta abordagem das Forças Armadas Indianas, juntamente com o apoio político, desempenhou um papel vital na transmissão de um sinal claro e preciso às nações envolvidas no terrorismo transfronteiriço. Poucos aspectos salientes da teoria antiterrorista da Índia, que foi usada de forma pragmática, são mencionados abaixo.

6.3.1 Informações e planejamento de inteligência

Ambos os ataques cirúrgicos basearam-se em informações precisas de informações de várias agências governamentais indianas, incluindo vigilância contínua, múltiplas reavaliações e validação. Isto não só ajudou a alcançar compromissos bem sucedidos, mas também negou a probabilidade de danos colaterais sob a forma de causalidades civis. O conceito de 'Força Mínima' foi aplicado com precisão quando um grupo de Forças Especiais composto por um pequeno número de pessoal executou a missão com sucesso. O planejamento de ambas as missões foi realizado considerando um momento favorável, exploração do terreno, roteamento tático e vantagem climática (Lt Gen DS Hooda, Stimson, Fevereiro de 2022). As Forças Especiais foram deliberadamente utilizadas na missão em vez de soldados regulares devido à sua experiência em operações secretas.

6.3.2 Integração Tecnológica

Durante todas as operações, desde o planeamento até à retração das forças e, posteriormente, tecnologias avançadas na forma de drones, imagens de satélite foram utilizadas para recolher informações precisas de inteligência e dados de seleção de alvos. Drones especialmente projetados e camuflados como pássaros naturais foram usados para evitar a detecção visual. Além disso, equipamentos avançados, como dispositivos de visão noturna, armas de atirador foram explorados de maneira otimizada para alcançar a máxima eficiência (Lt Gen DS Hooda, Stimson, Fevereiro de 2022). Danos colaterais mínimos e perda zero de pessoal próprio foram os principais destaques da missão.

6.3.3 Surpresa e Sigilo

As informações sobre a operação foram mantidas altamente confidenciais e muito poucos oficiais militares de alto escalão foram informados com base na necessidade de conhecer. As fases de planeamento e execução foram compartimentadas, em que as diferentes unidades envolvidas foram informadas apenas sobre o seu papel específico e não sobre todo o plano. Para evitar a detecção, as tropas envolvidas no ataque foram deslocadas para locais avançados sob o pretexto de exercícios regulares de treinamento (Lt Gen DS Hooda, Stimson, Fevereiro de 2022). Toda a operação foi conduzida à noite para evitar a detecção e aproveitar o elemento surpresa. Além disso, canais de comunicação seguros e silenciosos foram utilizados para coordenar a operação, reduzindo assim a chance de interceptação pelas forças inimigas.

6.3.4 Vontade Política

Isto desempenhou um papel muito crucial na execução de ambas as missões. O governo ofereceu um mandato claro e um apoio inabalável, o que elevou o moral das forças armadas e lhes proporcionou a confiança necessária para executar a missão. A forte liderança política aceitou os riscos associados à operação, uma vez que era transfronteiriça e poderia ter atraído retaliações militares e repercussões diplomáticas internacionais (Abhinjan Rej, The Diplomat, Outubro de 2020). Após a conclusão da operação, o governo foi capaz de gerir uma comunicação estratégica eficaz que maximizou o seu impacto a nível nacional e internacional.

6.3.5 Gerenciamento de mídia

A gestão eficaz dos meios de comunicação social foi crucial em toda a operação, o que ajudou na construção da narrativa, na obtenção de apoio público e na gestão das percepções internacionais. O governo divulgou informações sobre greves de forma controlada, garantindo que os relatórios iniciais eram precisos e alinhados com as narrativas oficiais. O governo manteve um equilíbrio formidável entre transparência e sigilo, uma vez que ambos eram igualmente importantes para a segurança nacional e a confiança pública.

6.4 Conclusão Parcial

É claramente evidente em ambas as operações que existe uma mudança de paradigma na abordagem da Índia em relação às operações antiterroristas, especialmente na Caxemira. O modo de operações defensivo clássico, em que a maior parte das escaramuças se restringiam às fronteiras, transformou-se num modo ofensivo-defensivo que inclui operações transfronteiriças. Esta mudança é atribuída à vontade política, uma vez que a abordagem ou a eficiência das forças armadas nunca foram duvidosas. Estas marcaram uma mudança na política indiana de “contenção estratégica” (The Week, setembro de 2021).

7. CONCLUSÃO

No nosso trabalho de investigação, analisar como as operações antiterroristas levadas a cabo pelas forças armadas continuam a ser uma componente argumentativa, mas vital, das estratégias de segurança globais. O terrorismo não se restringe apenas à carnificina humana, mas é multifacetado na forma de ideologia radicalizada, influência política e impactos socioeconómicos. A empregabilidade das forças armadas também pode ser debatida e ocasionalmente criticada, mas a eficácia e o equilíbrio proporcionados por ela são simplesmente incomparáveis.

Discutimos como as forças armadas têm sobre qualquer outra forma de agência de aplicação da lei, especialmente a polícia estadual. Em países como a Índia, onde estas operações antiterroristas são maioritariamente conduzidas dentro das fronteiras estatais, esta questão é altamente levantada a vários níveis políticos devido a casos de violações dos direitos humanos, agendas burocráticas e conflitos entre a polícia estatal e os militares. No entanto, o treino avançado, o armamento sofisticado e as capacidades de planeamento estratégico tornam sempre as forças armadas a escolha mais adequada e merecedora para este tipo de operações de alta intensidade. Além disso, o envolvimento militar em regiões assoladas pelo terrorismo pode proporcionar uma sensação de segurança e estabilidade. Ao estabelecerem o controlo sobre áreas sob influência terrorista, as forças armadas podem criar um ambiente propício à reconstrução e à governação. Esta estabilidade é da maior importância para conquistar os corações e as mentes das populações locais, que podem ser alvo fácil da radicalização por parte dos terroristas. Contudo, o componente da polícia estadual é igualmente importante devido à sua forte influência na área.

A utilização das forças armadas na luta contra o terrorismo não está isenta de desafios e críticas significativas. A principal preocupação para qualquer operação antiterrorista são os danos colaterais sob a forma de vítimas civis e danos nas infra-estruturas, que se materializam ainda mais em violações dos direitos humanos, atraindo múltiplas agências. Estes resultados não só causam crises humanitárias, mas também alimentam sentimentos antigovernamentais e potencialmente reforçam os esforços de recrutamento terrorista. Vários exemplos de ataques de drones no Paquistão e no Iémen, que causaram mortes de civis, exemplificam esta questão e destacam o delicado equilíbrio necessário nas intervenções militares.

Outro aspecto que realçámos é a ênfase excessiva na utilização das forças armadas em operações de combate ao terrorismo, sem explorar outras vias a longo prazo para abordar a causa profunda. Múltiplos factores como a pobreza, o desemprego, a marginalização política e a injustiça social sustentam frequentemente a ascensão de grupos terroristas. Concentrar-se exclusivamente em soluções militares pode proporcionar alívio a curto prazo, mas acabará por não conseguir alcançar a paz e a estabilidade a longo prazo. Esta é a única razão pela qual o governo indiano investe milhares de milhões de dólares em Jammu e Caxemira como parte de projectos de infra-estruturas, educação, emprego e capacitação dos jovens. É imperativo integrar as acções militares com estratégias políticas, económicas e sociais para combater eficazmente o terrorismo.

Outra questão crítica são as implicações legais e éticas da utilização das forças armadas na luta contra o terrorismo. A distinção entre combatentes e não combatentes pode tornar-se confusa, levando a debates controversos sobre a legalidade de certas acções militares. Discutimos vários exemplos em que a erosão das liberdades civis e dos direitos humanos em nome da luta contra o terrorismo, como detenções ilegais e tortura, levanta preocupações éticas significativas e mina a autoridade moral dos governos democráticos.

Embora a Índia esteja a trabalhar fortemente e a melhorar a sua eficácia nas operações de combate ao terrorismo, poucos pontos mencionados abaixo são recomendados para maior implicação e consolidação.

- Organização de exercícios conjuntos de formação para uma melhor cooperação e sinergia entre o pessoal que deve ser orientado a partir do nível superior para uma melhor aplicação.
- Melhorar a inteligência entre múltiplas agências nacionais através de formação avançada e coordenação para rápida disseminação de informações relevantes aos homens no terreno.
- Reforçar as redes de partilha de informações com nações parceiras e aliadas para rastrear e neutralizar o terrorismo transfronteiriço.
- Forte infraestrutura foi construída especialmente em terrenos montanhosos de Jammu e Caxemira, uma vez que o terreno oferece fortes esconderijos e paraíso para terroristas devido à forte vegetação e nevascas com cadeias montanhosas e cavernas na área.

- Há uma forte necessidade de reavivar as leis e políticas existentes para capacitar as forças de segurança no âmbito das leis internacionais e dar o devido respeito aos direitos humanos.
- Desenvolver capacidades robustas de inteligência cibernética para interceptar linhas de comunicação terroristas. Isto também inclui compreender os algoritmos nas plataformas de redes sociais para interceptar e erradicar a agenda de radicalização e difusão de notícias falsas.
- Há uma forte necessidade de educar as massas e esclarecê-las contra a radicalização. Embora tenha sido realizado um trabalho substancial neste domínio através de várias medidas educativas e de emprego, o âmbito ainda é muito amplo. Este esforço anti-radicalização não deve ser restringido à Caxemira, mas deve ser difundido em várias instituições educativas, a todos os níveis, em todo o país.

Embora a utilização das forças armadas seja uma componente indispensável dos esforços de luta contra o terrorismo, não é uma panaceia. A eficácia das intervenções de operações militares no combate ao terrorismo reside na sua integração com estratégias mais amplas que abordam a causa subjacente do terrorismo. Garantir que as ações militares sejam precisas, legalmente justificadas e eticamente corretas é crucial para manter a legitimidade e alcançar uma paz sustentável. Uma abordagem holística, que abranja as dimensões militar, política, económica e social, é essencial para combater eficazmente a complexa e crescente ameaça do terrorismo.

REFERÊNCIAS

Abrahams M, 2008, 'What terrorists really want: Terrorist motives and counter terrorism strategies', *International Security*, 32(4), Pg 78-105, acessado 02 Apr 2024.

Emmanuel Chijioke Ogbonna, 2012, ' Beyond Theories: Strategies for Counter Terrorism', Nigerian Army University, Pg 57–68, <https://www.researchgate.net/publications>, acessado 04 Apr 2024.

D.S Murugan Yadav, May 2024, 'Indian Special Forces Operations since 2014: Key inferences', Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analysis (MPIDSA), pg 5-8, acessado 17 May 2024.

Press Information Bureau (PIB), Ministry of Defence (MoD), 18 Sep 2016, 'Defence Minister and Army Chief visit Kashmir', acessado on 05 Apr 2024.

Ministry of External Affairs (MEA), Government of India, 29 Sep 2026, ' Transcript of Joint Briefing by MEA and MoD', acessado 04 Jun 2024.

Rakesh Sood, 04 Oct 2016, 'After the Surgical Strike – What Next', Observer Research Foundation, acessado 05 Jun 2024.

Lt Gen Vinod Bhatia, 01 Oct 2017, ' Exploiting Special Operations Forces – Beyond the Surgical Strikes', Centre for Joint Warfare Studies, acessado 08 Jun 2024.

Israeli Defence Forces, Oct 2008, ' Krav Maga Training', retrieved from IDF.mil, acessado 06 Jun 2024, [https:// www.idf.il](https://www.idf.il).

KP Singh, 2007, 'Indian Army's Counterinsurgency Doctrine: Strategic Analysis', Pg 15 -18, acessado 04 Jul 2024.

Shiv Shankar Menon, 2016, ' Choices: Inside the Making of India's Foreign Policy', Brookings Institution Press, acessado 07 May 2024.

Gurmeet Kanwal, 2011, ' Indian Army: Vision 2020', Harpers Collins, acessado 23 May 2024.

Indian Army Doctrine 2016, ' Doctrine for Sub-conventional Operations', Headquarters Army Training Command (ARTRAC), pg 45-56, acessado 06 Jun 2024.

Dipankar Banerjee, 2008, ' Counter-Terrorism: The Indian Experience', Institute of peace and Conflict Studies, Pg 34-58, acessado 04 Jun 2024.

Manoj Joshi, 2013,' The terror challenge in South Asia and prospect of Regional Cooperation', Observer Research foundation, Pg 21-34, acessado 14 Jun 2024.

AS Daulat & Aditya Sinha, 2015,' Kashmir: The Vajpayee's Years, Harper Collins Publications, pg 40 – 42, acessado 26 Jun 2024.

Ali Ahmed, Jun 2014,' India's Doctrine Puzzle: Limited war in South Asia', Routledge India Publication, pg 100 – 103, acessado 23 Jul 2014.

Press Information Bureau (PIB), Government of India, 2017, 'Operation Sadbhavna', acessado 04 Jun 2024.

US Department of Homeland Security (DHS), 2022, acessado <https://www.dhs.gov/dhs-overview> on 15 Jun 2024.

National Investigation Agency (NIA). 'Roles of NIA in counter terrorism', acessado <https://www.nia.gov.in> on 18 Jun 2024.

Multi-Agency Centre (MAC), 'Insights into MAC intelligence sharing effort', acessado <https://www.mha.gov.in/document/mha-annual-reports> on 18 Jun 2024.

Amnesty International, Sep 2020, ' Syria: The largest Displacement crisis of our time', acessado <https://www.amnesty.org/en/latest/news> on 25 Jun 2024.

The Bureau of Investigative Journalism, Oct 2018,' Drone Warfare', acessado <https://www.the-bureau-investigates.com/projects/drone-war> on 28 Jun 2024.

Harvard International Review, Oct 2015,' Drones Strikes and Their legality under International Law', acessado <https://hir.harvard.edu/drone-strikes-and-their-legality> on 03 Jul 2024.

Abdul Bashit, May 2023, 'The impact of Political instability on Pakistan's Internal Security', Abdul Bashit, The Diplomat, acessado 23 May 2024.

The Diplomat article, Oct 2021, 'How technology is changing terrorism in India', acessado 04 Apr 2024.

The Hindu article, 15 May 2024,' India-US joint exercise to counter urban terrorism' acessado 15 Jun 2024.

Lolita C Baldor, Apr 2021,' US Navy SEALs to shift from counterterrorism to global threats', Navy Times acessado 27 Jun 2024

'Marine Corps Mountain Warfare Training center-About-History',
www.29palms.marines.mil acessado 27 Jul 2024

'Ministry of Home Affairs (MHA) Annual Reports 2011', Government of India,
www.mha.co.in acessado 26 May 2024.

Lt Gen Syed Ata Hasnain, Dec 2023,' Defence Minister strikes right chord in his message on winning hearts and mind, The Firstpost, acessado 18 Jun 2024.

LIST OF ANNEXURES

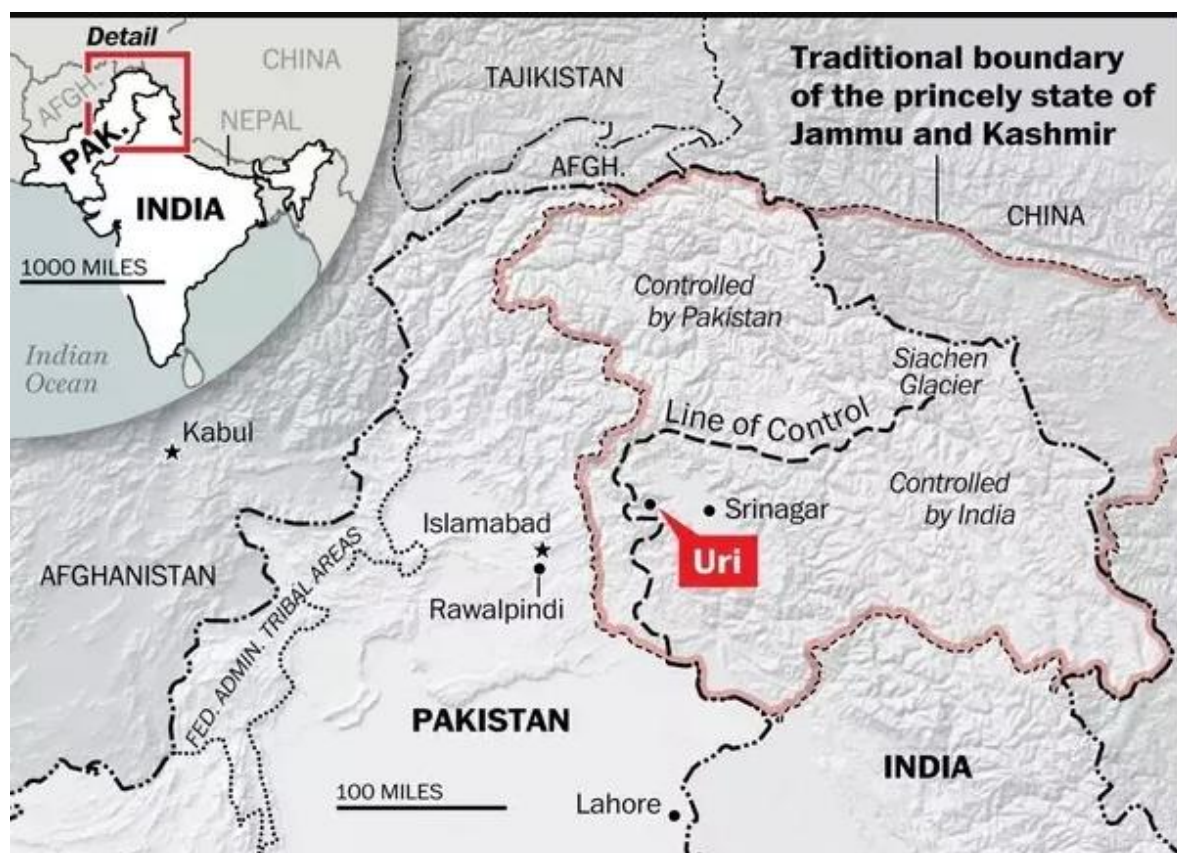


FIGURA 1 – Representação geográfica do ataque Uri em 2016

Fonte: SP Land Forces, Issue 05, 2016



FIGURA 2 – Representação geográfica do ataque Balakot em 2019

Fonte: Voltairenet.org, 2019

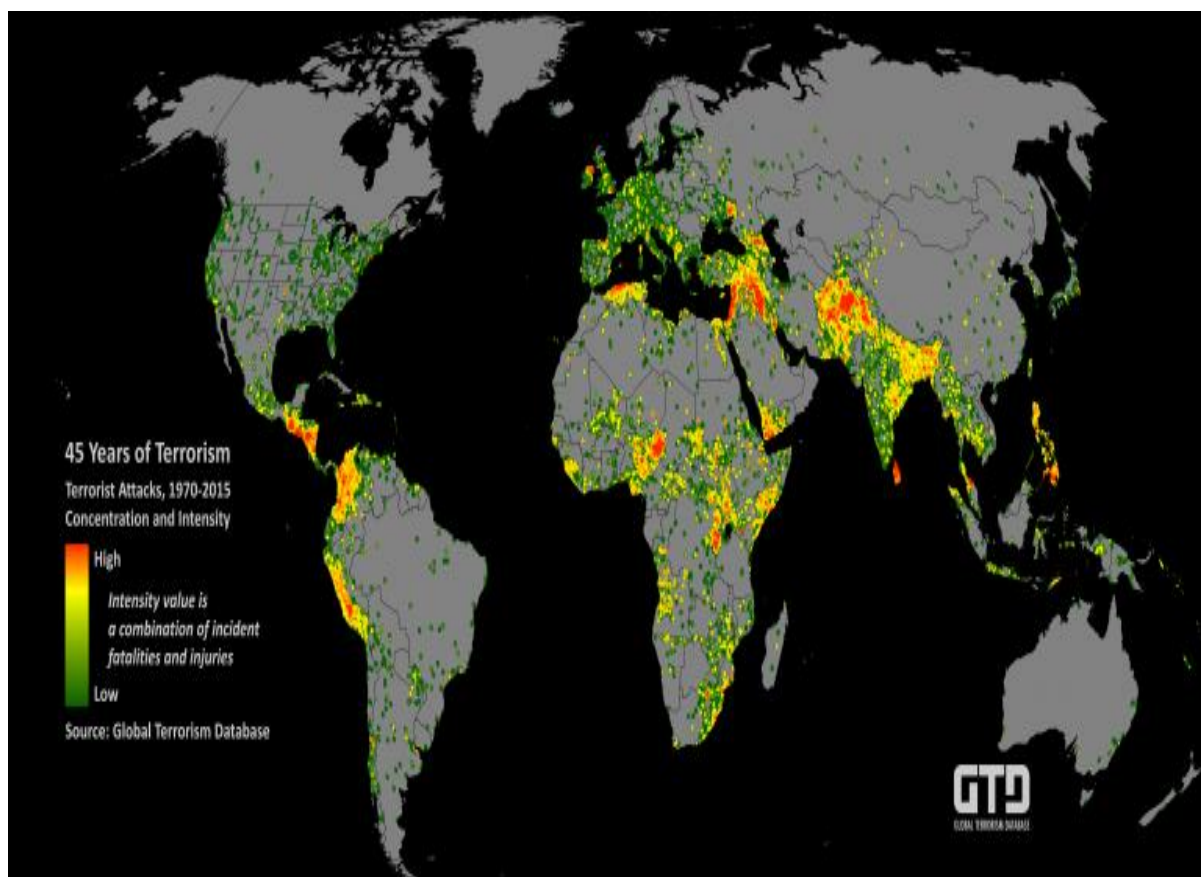


FIGURA 3 – START Banco de dados de terrorismo mundial mapa de intensidade de concentracao de ataque terrorista (1970 – 2015)

Fonte: Michael Segalia, The Conversation, Fevereiro de 2017

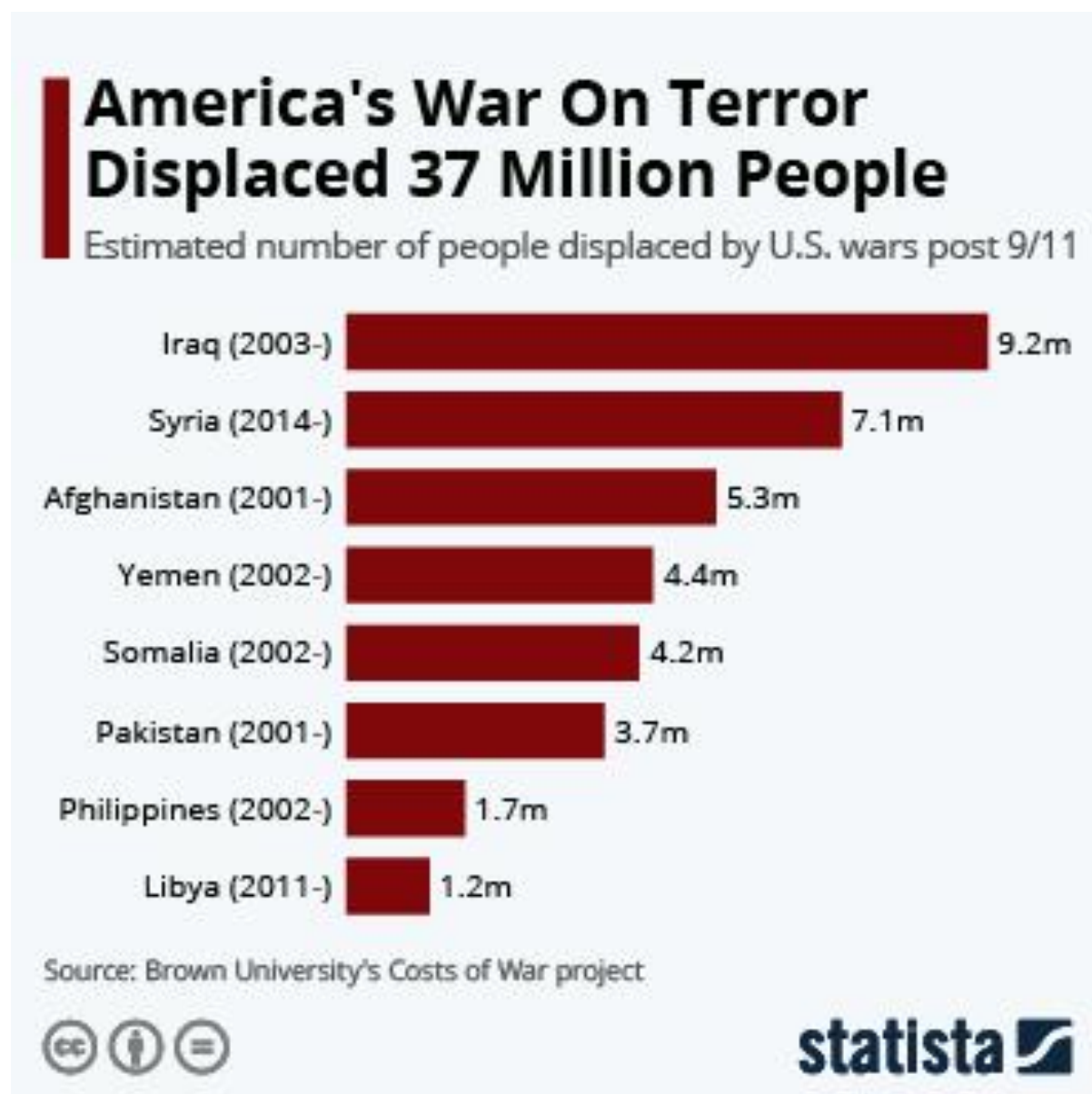


FIGURA 4 – Dados de Pessoas deslocadas devido a guerra global contra o terrorismo apos 11/09 Setembro

Fonte: Michael Segalia, The Conversation, Fev de 2017